



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Pedro Forain Valentim Calazans Soares

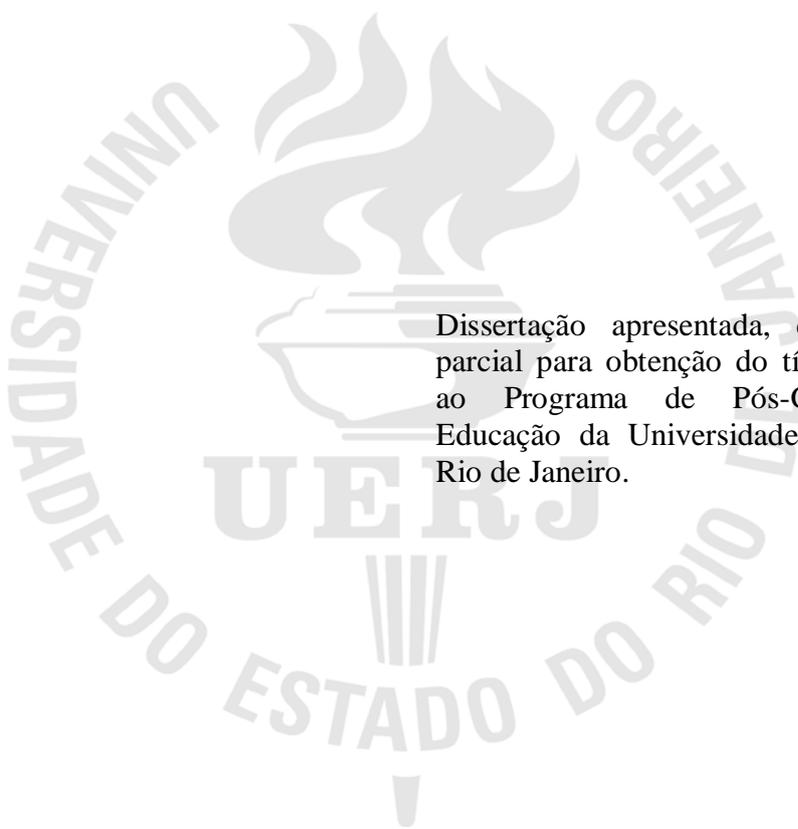
Da SEP (Sociedade Estadual de Professores, 1977) ao CEPE (Centro Estadual dos Profissionais da Educação, 1987): uma análise do novo movimento sindical dos trabalhadores da educação do estado do Rio de Janeiro

São Gonçalo

2019

Pedro Forain Valentim Calazans Soares

Da SEP (Sociedade Estadual de Professores, 1977) ao CEPE (Centro Estadual dos Profissionais da Educação, 1987): uma análise do novo movimento sindical dos trabalhadores da educação do estado do Rio de Janeiro



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Fernando Conde Sangenis

São Gonçalo

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

S676 Soares, Pedro Forain Valentim Calazans.
Da SEP (Sociedade Estadual de Professores, 1977) ao CEPE (Centro Estadual dos Profissionais da Educação, 1987): uma análise do novo movimento sindical dos trabalhadores da educação do estado do Rio de Janeiro / Pedro Forain Valentim Calazans Soares. – 2019.
78f.

Orientadora: Prof. Dr. Luiz Fernando Conde Sangenis.
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Sindicatos – Professores – Teses. 2. Centro Estadual dos Profissionais da Educação – Teses. I. Sangenis, Luiz Fernando Conde. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CRB/7 4994

CDU 331.105.445

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Pedro Forain Valentim Calazans Soares

Da SEP (Sociedade Estadual de Professores, 1977) ao CEPE (Centro Estadual dos Profissionais da Educação, 1987): uma análise do novo movimento sindical dos trabalhadores da educação do estado do Rio de Janeiro

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 28 de Março de 2019.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Luiz Fernando Conde Sangenis (Orientador)
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof^a. Dra. Maria Tereza Goudard Tavares
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof. Dr. Waldeck Carneiro da Silva
Universidade Federal Fluminense

Prof^a. Dra. Sonia de Oliveira Câmara Rangel (Suplente)
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

São Gonçalo

2019

DEDICATÓRIA

Quero dedicar esse trabalho a minha avó Daise Calazans, por uma série de motivos. Primeiro, porque esse trabalho só foi possível graças a ela, tanto se considerarmos os motivos do meu envolvimento com o tema quanto por proporcionar os encontros com os outros entrevistados. Segundo, é motivo de muito orgulho ter uma avó com participação ativa no Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (SEPE). E terceiro, mas não menos importante, por consequência do carinho e afeto que teve comigo por toda a minha trajetória. Além disso ela possui um companheiro com dotes para a escrita, meu avô Devenir Soares, outro que também merece reconhecimento pelo zelo ao meu bem estar. Sem dúvida estar feliz foi fundamental na produção deste trabalho.

Minha família de uma forma geral merece ser lembrada pelo apoio. Minha avó Regina, mãe Renata e meus irmãos Francisco e Antônio, meu pai Marcelo; todos, de alguma forma, marcaram a construção dessa obra.

A vida me proporcionou amizades que nos acompanham em momentos alegres e tristes. Nada mais justo que reconhecer os efeitos positivos proporcionados por Paulo Henrique, Helton, Piatã, Alexandre, Karin, Vanessa, Ana, Antônio, Leonardo e tantos outros que me fogem a memória. Suelen também me ajudou muito na motivação para a pesquisa.

O grupo que forma o pré-vestibular “mais por nós” em Caxias me deu novas perspectivas de vida e muito contribuíram nesse período em que fui mestrando. Assim como minha turma do mestrado, tanto pela união, amizade e apoio, quanto pela troca de conhecimentos e experiências.

AGRADECIMENTOS

Ao orientador e amigo Prof. Dr. Luiz Fernando Sangenis, cuja paciência e apoio foram essenciais na produção do trabalho.

A entrevistada, avó e grande amiga Daise Calazans, que merece todos os agradecimentos possíveis.

Ao entrevistado Alcebíades Teixeira, que sempre foi muito solícito e atencioso, além de um grande quadro do SEPE.

Ao também entrevistado Godofredo Pinto, que me recebeu em sua casa com muita simpatia e por todos os seus anos de dedicação ao CEP.

A Prof^ª. Dr^ª. Maria da Conceição Pires, cuja orientação ainda no período da graduação permanece gerando bons resultados.

A todo o programa de mestrado em Educação da UERJ-FFP que me apoiou durante todo esse processo.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

SOARES, Pedro Forain Valentim Calazans. *Da SEP (Sociedade Estadual de Professores, 1977) ao CEPE (Centro Estadual dos Profissionais da Educação, 1987): uma análise do novo movimento sindical dos trabalhadores da educação do estado do Rio de Janeiro*. 2019. 88f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro Faculdade de Formação de Professores. São Gonçalo, 2019.

Essa dissertação tem como principal objetivo compreender as rupturas e permanências proporcionadas pela filiação dos servidores de apoio das escolas, como merendeiras, porteiros, secretárias etc, no Centro Estadual dos Professores (CEP). O CEP era um movimento de docentes que permitiu a abertura do seu estatuto para o ingresso dos demais funcionários do setor da educação. Essa transmutação resultou no Centro Estadual dos Profissionais da Educação (CEPE). O processo não foi tranquilo, a antiga diretoria abdicou e uma nova diretoria assumiu o movimento. A metodologia é melhor detalhada no segundo capítulo e aplicada nos capítulos subsequentes. Em um primeiro momento foram realizadas entrevistas com três vanguardistas da entidade: Godofredo Pinto, um dos fundadores da Sociedade Estadual dos Professores (SEP) e presidente do CEP em mais de uma ocasião; Daise Calazans, a única remanescente da primeira diretoria, permaneceu na direção que veio a se formar com a unificação das categorias; e Alcebíades Teixeira importante quadro da diretoria que assumiu provisoriamente com a abdicção da anterior e vice-presidente na que foi eleita no ano seguinte. Estas entrevistas foram observadas sob a ótica de algumas teorias e conceitos que envolvem esse campo. Por fim foi construído um esboço do período histórico no qual o objeto está inserido também em contraponto com as falas dos entrevistados. Os resultados obtidos com a pesquisa apontam que o meio externo ao sindicato influenciou muito na decisão dos filiados pela abertura dos quadros da SEP. Mas fatores internos como a acirrada disputa política pela direção da entidade também tiveram seu peso. Permanências e rupturas também foram observadas e relatadas.

Palavras-chave: Centro Estadual de Professores. Centro Estadual dos Profissionais da Educação. Sindicato docente. Identidade docente.

RESUMEN

SOARES, Pedro Forain Valentim Calazans. (*Sociedad Estadual de Profesores, 1977*) al *CEPE (Centro Estadual de los Profesionales de la Educación, 1987)*: Un análisis del nuevo movimiento sindical de los trabajadores de la educación del estado de Río de Janeiro. 2019. 88f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro Faculdade de Formação de Professores. São Gonçalo, 2019.

Esta disertación tiene como principal objetivo comprender las rupturas y permanencias proporcionadas por la filiación de los servidores de apoyo de las escuelas, como cocineras, porteros, secretarias etc., en el Centro Estadual de los Profesores (CEP). El CEP era un movimiento de docentes que permitió la apertura de su estatuto para el ingreso de los demás funcionarios del sector de la educación. Esta transmutación resultó en el Centro Estadual de los Profesionales de la Educación (CEPE). El proceso no fue tranquilo, la antigua directiva abdicó y una nueva dirección asumió el movimiento. La metodología es mejor detallada en el segundo capítulo y se aplica en los capítulos subsiguientes. En un primer momento se realizaron entrevistas con tres vanguardistas de la entidad: Godofredo Pinto, uno de los fundadores de la Sociedad Estadual de los Profesores (SEP) y presidente del CEP en más de una ocasión; Daise Calazans, la única remanente de la primera dirección, permaneció en la dirección que se formó con la unificación de las categorías; y Alcebíades Teixeira importante cuadro de la directiva que asumió provisionalmente con la abdicación de la anterior y vicepresidenta en la que fue elegida al año siguiente. En el tercer capítulo estas entrevistas fueron observadas bajo la óptica de algunas teorías y conceptos que involucran ese campo. Por fin se construyó un esbozo del período histórico en el que el objeto está inserto también en contrapunto con las palabras de los entrevistados. Los resultados obtenidos con la investigación apuntan que el medio externo al sindicato influyó mucho en la decisión de los afiliados por la apertura de los cuadros. Pero factores internos como la fuerte disputa política por la dirección de la entidad también tuvieron su peso. Las permanencias y las rupturas también fueron observadas y reportadas.

Palabras clave: Centro Estatal de Profesores. Centro Estadual de los Profesionales de la Educación.

Sindicato docente. Identidad docente

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
APERJ	Associação dos Professores do Estado do Rio de Janeiro
APEOESP	Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ASPERJ	Associação dos Servidores Públicos e Estado do Rio de Janeiro
CBA	Comitê Brasileiro pela Anistia
CEP	Centro Estadual de Professores
CEPE	Centro Estadual dos Profissionais da Educação
CPB	Confederação dos Professores do Brasil
CLT	Carteira Nacional de Trabalho
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação
CONCLAT	Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras
CPERS	Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
FIES	Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior
FMI	Fundo Monetário Internacional
IEPIC	Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEP	Movimento pela Emancipação do Proletário
MOAP	Movimento de Oposição Aberta dos Professores
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro

OIT	Organização Mundial do Trabalho
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Popular
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SEMITS	Sociedade Estadual de Merendeiras Inspetores, Trabalhadores e Serventes
SEP	Sociedade Estadual dos Professores
SEPE-RJ	Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UPRJ	União dos Professores do Rio de Janeiro
UTE	União dos Trabalhadores da Educação

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	10
1	PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS	17
2	CONCEITOS, TEORIA E PRÁTICA	30
3	MOVIMENTO DOCENTE EM UM BRASIL EM MOVIMENTO	53
	REFLEXÕES FINAIS: DO MACRO AO MICRO, POR ENTRE RUPTURAS E PERMANÊNCIAS	72
	REFERÊNCIAS	76

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem o intuito de analisar o movimento de unificação das categorias de trabalhadores da educação do estado do Rio de Janeiro em uma mesma entidade representativa, ocorrida no ano de 1987. O objetivo proposto é o de compreender o particular e tumultuoso processo intelectual, político e institucional que reestruturou a antiga Sociedade Estadual de Professores (SEP), fundada em 1977, e que passou a se denominar Centro Estadual dos Profissionais da Educação (CEPE), adquirindo uma nova e mais ampla forma de representação sindical.

Para elucidar as questões que envolveram as transformações operadas no âmbito do sindicato, dando nova trajetória à organização de classe dos educadores do Rio de Janeiro, foi necessário circunscrevê-las aos acontecimentos políticos, econômicos e sociais mais amplos da vida nacional, bem como ao contexto geral das políticas públicas e do sindicalismo brasileiro daquele período. Dessa forma, pudemos definir melhor a questão e o objeto que envolvem essa pesquisa, já que o tema desperta uma série de interesses e possibilidades que, em alguma medida, atravessam diversos espaços sociais, além do âmbito próprio do sindicato.

O interesse pessoal sobre a temática existe por conta das perspectivas e atuações de vida que me entrelaçaram com exercício da profissão docente. Além disso, o convívio com familiares que dedicaram a vida em prol da educação pública e da própria entidade SEPE pesaram nesta minha escolha. Daise Calazans, que é avó paterna do autor, foi uma das dirigentes do SEPE, há época da unificação das categorias sob uma mesma sigla, e teve participação ativa e determinante nas transformações que se processaram no âmbito da entidade. Sem dúvidas o convívio com Daise Calazans foi determinante, tanto no sentido de motivar e proporcionar o interesse acerca do objeto, quanto também de possibilitar o encontro com os demais entrevistados.

Antes que de questionar esse trabalho por conta da aproximação com um dos entrevistados, o leitor fica convidado a refletir sobre alguns pontos que esclarecem quanto à imparcialidade desta pesquisa. Primeiro deve-se ressaltar que a unificação das categorias em um mesmo sindicato não foi uma transição tranquila. Toda uma diretoria se absteve praticamente entregando a vanguarda do movimento para oposição. Daise é a única remanescente da primeira e participante de ambas diretorias. Dessa forma, o trabalho visou a entrevistar uma integrante de cada momento da entidade, e ela, por participar das duas diretorias, foi parte essencial da pesquisa.

Se o fato dessa professora ter participado das duas diretorias no decorrer de sua história na entidade não for o suficiente para a isenção na produção desse texto, podemos elucidar que não buscamos um lado vencedor. Também não buscamos fazer juízo de valor quanto as duas diretorias; apenas queremos refletir sobre as possibilidades e alternâncias nos repertórios de ação e, principalmente, sobre os acontecimentos que levaram à unificação sindical. Se porventura existir alguma comparação entre as duas estruturas, será no intuito de identificar repertórios dos diferentes momentos da entidade e não no sentido de sobrepor um deles em detrimento de outro.

A partir de todos esses elementos e voltando ao ponto dos movimentos de docentes, podemos entender que a estrutura educacional estatal é em grande medida afetada pelos interesses da classe dos professores, que por vezes se estende aos demais servidores da educação. Este trabalho, portanto, visa a contribuir com os estudos acerca do sindicalismo docente no Rio de Janeiro, especificamente, sobre a união que resultará no CEPE (Centro Estadual dos Profissionais da Educação) em 1987.

No que tangencia as pesquisas acadêmicas desse campo, temos alguns dados que agregam ainda mais valor para essa produção. Na atualidade, o amplo uso da internet é um facilitador na busca por produções acadêmicas. Mesmo assim, a busca por palavras-chave como: sindicato, professores, SEP, CEP, CEPE e SEPE em teses, dissertações, artigos e afins no catálogo de teses e dissertações da CAPES e no Scielo resultou em apenas onze trabalhos que se relacionam de forma mais direta com o tema¹. E, mesmo entre os trabalhos encontrados, nenhum aborda de forma mais específica a questão da unificação sindical entre os professores e as demais categorias da educação no estado do Rio de Janeiro. Tal estado do campo reforçou o entusiasmo a levar adiante a pesquisa, que, certamente, também poderá contribuir com outros trabalhos vindouros, para suprir a nítida carência de estudos sobre a temática.

Além da busca descrita acima, no decorrer dos estudos dessa dissertação, também foram encontrados alguns trabalhos voltados para a esfera sindical, mas que, no geral, possuem foco no sindicalismo operário. Abordavam temáticas tais como o novo sindicalismo ou a formação das centrais sindicais e do Partido dos Trabalhadores (PT)². Mesmo o autor Erlando Rêses (2008), que é um dos que se debruçam sobre o tema sindicalismo docente no Brasil, compartilha da visão de que os estudos acerca dos sindicatos se voltam, em sua maioria, para perspectivas operárias. Quando essa perspectiva é transferida para o meio

¹ Pesquisa efetuada em abril de 2018 nos indexadores SCIELO e Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

² Mais especificamente Amadeo e Camargo (1991), Santana (2007) e Almeida (2008).

sindical docente, esbarra em algumas especificidades singulares a essa categoria. Rêses propõe que, no geral, um sindicato funciona como uma associação contínua de assalariados com o objetivo de manter ou melhorar as condições de suas vidas. Também, nesta ótica, os movimentos reivindicativos de caráter pouco durável não podem ser enquadrados na definição de sindicato. Por fim, esse agrupamento deve ser composto apenas por assalariados.

Desta forma, os estudos encontrados não contemplam em sua totalidade o caso específico dos movimentos docentes, muito menos se considerarmos o conturbado quadro político nacional do período que envolve esta pesquisa. Fornecem apenas um esboço acerca dos interesses e necessidades que podem convergir para a formação de um sindicato. Fato concreto é que os sindicatos se tornaram umas das principais formas de intermédio nas relações entre empregadores e empregados no século passado. No caso do sindicalismo nacional, Rêses (2008) é partidário de que a escravidão e o sistema macroeconômico nacional atrasaram a formação do operário assalariado. Por consequência, também retardou o processo de formação sindical no Brasil. Outro fator de impacto que deve ser considerado foram as sucessivas legislações que constantemente visaram a suprimir qualquer organização entre trabalhadores assalariados, principalmente no setor público.

O caso específico do sindicato dos docentes passa por outra série de peculiaridades. Primeiro podemos destacar a remuneração que, no caso dos operários, é calculada em cima de critérios financeiros: produção, custos e lucro, mas que, na situação dos professores, depende de outras variáveis, tendo em vista que se trata de uma produção imaterial. Em suma, no geral, o operário, em sua função, recebe um material no qual trabalha para produzir um novo produto, e, dessa forma, agrega valor ao material final. Esse valor final garante não só a compra de um novo material primário para produção, como também o salário do operário e o lucro do dono do meio de produção. Esse exemplo básico não pode ser reproduzido no caso do trabalho docente que é classificado como um trabalho não material. Ou seja, o trabalho exercido pelo professor não produz nenhum bem material que possa agregar lucro final. Sendo assim, esse tipo de profissional não pode ter seu salário calculado sobre a regra básica da “mais-valia³” (RÊSES, 2008; DAL ROSSO, 2011).

As perspectivas e possibilidades de análise acerca dos movimentos sociais passam por grandes transformações no final do século XX e início do XXI. Essas novas ferramentas permitem uma análise distinta no que se refere ao SEPE, em específico, mas também aos demais movimentos docentes como um todo. O marxismo clássico voltado para luta de

³ Conceito abordado por Karl Marx no conjunto de obras que formam “O Capital”, mais especificamente no primeiro volume (Marx, 2013).

classes carecia de recursos para compreender de forma mais abrangente os novos movimentos que emergiram, tais como os agrupamentos sociais que se organizavam conforme algumas bandeiras que não se baseavam em questões de classe, mas sim nas questões ambientais, de gênero, de etnia etc. Novas possibilidades de reflexões sobre movimentos sociais também acompanharam essas transformações e desenvolveram as seguintes teorias de análise: Teoria de Mobilização de Recursos (TMR), Teoria dos Processos Políticos (TPP) e Teoria dos Movimentos Sociais (TMS).

De forma sucinta, a TMR se volta para parte financeira buscando os aspectos de financiamentos do movimento. Por sua vez, a TPP envolve até certo ponto os indivíduos integrantes, mas sua característica fundamental envolve as questões políticas. Por fim, a TMS tem como ideia fundamental a análise da participação dos indivíduos no interior dos movimentos (ALONSO, 2009). Em defesa da teoria marxista é de se considerar o desenvolvimento da segunda onda da *Escola dos Annales* e até de uma possível terceira etapa dessa corrente, nas quais o papel das pesquisas qualitativas ganha maior expressão e possui uma clara influência da antropologia (REIS, 2000).

O objetivo aqui é de refletir sobre a unificação sindical na perspectiva de indivíduos que atuaram no movimento. A composição de um quadro geral sindical, social e econômico se faz necessário para a melhor compreensão do tema. Nesse sentido, essa dissertação se volta para todas essas teorias, mas leva em consideração a maior aproximação com a TMS. A clandestinidade do SEP e o fato de não ter se assumido como um sindicato, a singularidade do ramo docente e todas as suas especificidades, além da busca por um maior destaque aos indivíduos pertencentes ao movimento, apontam nessa direção.

No âmbito nacional, também temos outra série de entraves históricos para a consolidação desta classe como pertencente a dos proletários. Primeiramente, o processo de educação no Brasil colônia geralmente era exercido pelas companhias religiosas, sendo a profissão de professor continuamente ligada ao sacerdócio e à vocação de ensinar (RÊSES, 2008; DAL ROSSO, 2011). Mesmo com a reforma pombalina e a posterior tendência de laicizar a educação, a religião continuou como grande corrente de forças no setor. Quando a educação ganha mais contornos laicos no final do XIX, parte da categoria docente, para não dizer a grande maioria, trabalhava no âmbito do lar. Eram os mestres-escola, educadores particulares que vendiam seus serviços para quem podia pagar. No geral, era um investimento da elite que vislumbrava entrar em alguma instituição de ensino pública, onde os seletos professores recebiam alto salários para o período (RÊSES, 2009; VICENTINI e LUGLI, 2009).

O início do século XX é marcado por uma bem-remunerada, porém pequena, parcela de docentes funcionários públicos. Entretanto, o grande contingente dessa categoria trabalhava como professor particular e como não possuíam qualquer vínculo empregatício ou segurança profissional estavam sujeitos ao mercado e à sorte. Com o desenvolvimento industrial também surgiram algumas escolas anarquistas e socialistas, organizadas e mantidas pelos próprios trabalhadores. Assim como outras de caráter regional ou de imigrantes, onde era comum a escolarização com base na língua e cultura do país que eram provenientes.

Um ponto que também merece destaque se dá na participação feminina na classe docente, que Rêses (2008) destaca como um dos poucos postos de trabalho permitido às mulheres. A docência, principalmente dos anos iniciais, era vista como uma atividade de extensão do lar e do trato com as crianças.

A primeira grande expansão do ensino público só ocorreu de forma mais abrangente durante o governo Vargas através das reformas de 1934. Reformas que contemplavam principalmente o ensino básico e tinham como intuito a formação de mão de obra qualificada para a crescente indústria brasileira (FAUSTO, 2006). No entanto, o ensino não parou de se expandir desde então, buscando atingir a meta de universalização ainda no regime militar em 1971, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Apesar de compreendermos que a letra fria da lei nem sempre corresponde à prática, o processo de universalização do ensino tendeu a um aumento exponencial de escolas, professores e alunos matriculados. Causa e consequência dessa expansão foi a gradual redução salarial e a falta de qualificação profissional em números proporcionais aos da expansão (RÊSES, 2008).

Esse crescimento súbito e mal orquestrado por si só também dariam um excelente tema de pesquisa, mas o que interessa para o âmbito desta dissertação se refere ao aumento de funcionários públicos no setor da educação e de como tudo isso refletiu no universo sindical docente. No caso do estado do Rio de Janeiro, quando os professores não viram suas novas ambições representadas pela União dos Professores Públicos no Estado (UPPE), a atual União dos Professores Públicos no Estado - Sindicato (UPPES), fundam uma nova associação. Essa nova associação era proibida de exercer a função de sindicato por conta das leis sobre a sindicalização da época ditatorial.

Da fundação da Sociedade Estadual dos Professores (SEP), em 1977, até a sua transformação em Centro Estadual dos Profissionais da Educação (CEPE), no ano de 1987, decorreu apenas uma década. Onze anos, se considerarmos o marco final de 1988 e da legalização sindical de servidores públicos, em que no ano seguinte (1989) o CEPE se torna

Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação – SEPE-RJ⁴. Mesmo que, por vezes, clandestina, é nesse curto período que essa sociedade formada no repressivo período da ditadura militar ganha força, representação política e contingente de associados. Chegando ao ponto de superar a antiga união de professores públicos estaduais, formada ainda no período varguista e hoje denominada União dos Professores Públicos do Estado - Sindicato (UPPES). Se tornou também uma das grandes forças dentro da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Apesar de se tratar de um curto período temporal e de um período de alta repressão, inúmeras transformações ocorreram no seio do movimento dos Professores do Rio de Janeiro.

Após esse breve esboço, que introduz o leitor ao tema, podemos adentrar de forma mais direta na questão específica do processo de unificação. Com o auxílio da história oral vamos relativizar os acontecimentos que levaram a união da classe dos profissionais da educação no Estado do Rio de Janeiro. Para tal esforço, uma reflexão acerca dos acontecimentos que envolveram esse processo permite vislumbrar com mais clareza o próprio movimento.

Foram realizadas entrevistas com três atores sociais de grande influência no movimento, indagando-os sobre as peculiaridades da classe dos docentes, a economia e as políticas públicas do período e, principalmente, sobre a formação e construção do próprio sindicato.

As entrevistas foram feitas com: Alcebíades Teixeira, Daise Calazans e Godofredo Pinto. O primeiro foi um articulador da diretoria que assumiu após a unificação das categorias e a abdicação de praticamente toda diretoria anterior. Daise Calazans é representante da antiga diretoria do CEP, provavelmente a única remanescente da antiga direção que permaneceu na vanguarda do movimento. Por sua vez, Godofredo Pinto foi um importante integrante da antiga diretoria do CEP. Muito influente, ocupou o cargo de diretor do movimento em algumas oportunidades e no período da unificação havia sido eleito deputado estadual e exercia função no legislativo.

Como essa pesquisa tem foco nos entrevistados, vale um espaço para suas próprias apresentações. Como retornaremos aos três no decorrer deste trabalho, fica aqui apenas um primeiro esboço de cada um. Alcebíades é o mais novo dos três e entra mais tarde na entidade, “tinha sido militante de organização marxista do movimento estudantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). [...] Era vice de Florinda”⁵, que foi eleita presidenta na

⁴ Torna-se um sindicato em votação no dia 12 de dezembro de 1988, porém só é legalmente reconhecido no dia 28 de julho de 1989 (RÊSES, 2008).

⁵ Entrevista de Alcebíades Teixeira.

primeira eleição pós unificação sindical. Pertencia a um grupo estudantil muito forte chamado Dissidência (DS): “eu era da DS. Eu tinha vindo desde o movimento estudantil da DS”. Por sua vez, Daise chega “ao CEP em 1979, na verdade no final de 1979, [...] ainda no período da ditadura. A coisa toda era feita de forma muito velada”. Ela também revela que “O período não ajudava e voltei ao CEP [...] quando me aposentei em 1981 e apareceu me novo contracheque de aposentada com uma defasagem salarial em comparação com o contracheque dos ativos”⁶. Godofredo é o primeiro a atuar no movimento, “professor de matemática”, se considera “marxista, leninista mas anti-stalinista” e participa dos primeiros momentos da entidade. “Comecei a participar do movimento de organização da SEP em 1976. A SEP é de 1977, mas o movimento de organização começou antes.”⁷.

A partir dessas reflexões, como já foi dito, o objetivo central desta dissertação é de tentar compreender as rupturas e permanências do movimento no seu processo de transformação de CEP em CEPE. Não só no que se refere às variações ou não dos ideais e da identidade do movimento, mas também se ocorreram mudanças nas reivindicações, influências externas e presença de correntes políticas na entidade. Interessa aqui desenvolver não só uma análise das transformações que ocorreram no seio do movimento, como também dos pontos em comum entre as duas diretorias.

⁶ Entrevista Daise Calazans.

⁷ Entrevista de Godofredo Pinto.

1 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

A formação e a escolha de uma metodologia específica que possibilite a análise do objeto é um ponto fundamental na estrutura de qualquer pesquisa científica. Essa metodologia é em grande medida desenvolvida a partir do problema em questão, tendo em vistas as possibilidades de análise do próprio objeto. Nesse sentido, cabe ao pesquisador proporcionar para o leitor o passo a passo de sua pesquisa. Esse modo de ação permite uma melhor compreensão do trabalho e das possibilidades que ele possui. Um bom início para esse processo é a explicação acerca da escolha do objeto a ser estudado. Neste capítulo buscaremos elucidar essa questão e também rever o que já foi produzido na área. Tanto no que envolve a seleção da pesquisa, quanto à metodologia proposta para o desenvolvimento do presente trabalho.

No que se refere à seleção do objeto, ele foi escolhido por consequência de alguns fatores e encontros. Primeiro a profunda relação do autor com a profissão de docente que parte do exercício da profissão até a ambição do ingresso na esfera pública estatal do ensino. Esses objetivos de vida incluem uma série de valores que foram se somando com o passar dos anos, principalmente do convívio com a avó, Daise Calazans. Uma mulher que esteve sempre ligada ao sistema público de ensino, formada no Instituto de Educação, concursada no estado e no município do Rio de Janeiro, professora aposentada, diretora aposentada e antiga líder sindical.

Ainda no decorrer da graduação esse convívio com Daise levou ao conhecimento da rica história do movimento SEPE-RJ (Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação - Rio de Janeiro). Esse movimento que possui origem na autoritária época do regime militar, período em que a sindicalização de servidores públicos não era aberta e o sindicato oficial permitido pela legislação⁸ não conseguia corresponder às expectativas de grande parte da classe docente. A entidade que nasce como SEP (Sociedade Estadual de Professores) foi resistindo, existindo e crescendo. Por fim se tornou o maior sindicato docente do estado do Rio de Janeiro e um dos maiores do Brasil (RÊSES, 2008).

Resta-nos fazer um recorte dentro desta tão vasta e bonita história do movimento. No ano de 1978, houve a entre as categorias da educação do estado em um mesmo sindicato. O CEP (Centro Estadual dos Professores) passou a se chamar CEPE (Centro Estadual dos

⁸ Resquício da legislação trabalhista do período Vargas que só é alterado após 1989 no período de redemocratização (RÊSES, 2002).

Profissionais da Educação). Parte dos poucos autores que se debruçam sobre a temática compreende esse processo de transição como decorrente, principalmente, da proletarização do professor. O arrocho salarial, o aumento de profissionais na área, a introdução dessa classe na luta mais ampla do modelo do capital estariam no centro dessa linha de análise (RÊSES, 2008; VICENTINI e LUGLI, 2011). Esses autores possuem uma excelente visão sobre a questão mais ampla que envolveu a categoria, mas acredito que o objeto, que vai ser melhor definido no decorrer deste capítulo, carece de análises mais específicas acerca dos acontecimentos para ampliar as dimensões e as possibilidades de interpretação sobre o assunto.

A segunda etapa da pesquisa se deu na busca por teses, dissertações, artigos e trabalhos acadêmicos sobre a temática. Nesse momento, é interessante recapitular o que já foi produzido tanto para uma reflexão sobre o tema quanto para a inserção do trabalho nesse campo de pesquisa. A inserção de um trabalho dentro da área a qual pertence é central para a formação de mais possibilidades de pesquisa. Esse movimento não é expresso apenas na bibliografia utilizada na composição da obra, mas também na leitura prévia de trabalhos sobre a mesma temática e na inclusão da pesquisa dentro do(s) campo(s) no qual se enquadra. Para tal inclusão, esse capítulo propõe um recorte em relação às produções, sempre tendo no horizonte as possibilidades e barreiras que o tema trabalhado impõe.

Ciro Cardoso (1998) em “Como Elaborar um Projeto de Pesquisa” reflete sobre a importância da revisão bibliográfica. Para ele existe uma necessidade de se observar o que já foi produzido no campo, evitando, dessa forma, trabalhos sobre a mesma temática e com objetivos semelhantes.

Cada atividade concreta de pesquisa deve contribuir com algo novo ao corpo do saber. O critério de Originalidade se cumpre de duas maneiras: 1) trabalhando sobre temas ainda não pesquisados (o que permite preencher lacunas do conhecimento); 2) ou pesquisando temas já estudados: a) com documentação radicalmente renovada; b) partindo de enfoques teórico-metodológicos distintos; c) rebatendo teses anteriormente aceitas (CARDOSO, 1998, p. 3).

Dessa forma não cabe ao pesquisador ou ao seu trabalho elucidar de forma verdadeira, completa e final as questões referentes a seu campo. Muito menos esboçar um positivismo científico em relação aos demais trabalhos que abordam a mesma temática, ou por uma linha progressista e evolutiva em relação à produção do campo. Deve sim propor novas visões acerca do objeto, concordando ou não com os trabalhos já produzidos. Nesse sentido, a produção de uma nova pesquisa científica sobre um tema já pesquisado, não seria necessariamente a continuação de um processo. Pode também significar a enunciação de

novas possibilidades para a análise do mesmo objeto, podendo estar ligada a uma nova visão sobre o assunto, a fontes inexploradas ou até a alteração de conceitos.

O desenvolvimento, a implementação de novas tecnologias nos sistemas de armazenamentos de dados e o advento da internet marcam uma nova era de possibilidades para o levantamento bibliográfico de praticamente todos os campos de pesquisa. Na atualidade podemos usar sistemas como o banco de dados da CAPES, ou mesmo o arquivo de artigos da *Scielo*. O próprio *Google* e outros sites de pesquisa também podem ser utilizados para a busca de produções no campo, bastando ao pesquisador a definição de suas palavras-chave. Entretanto, devemos salientar os riscos dessa última modalidade de pesquisa, tendo em vista a facilidade de publicação na rede, onde qualquer um pode fraudar arquivos, histórias, narrativas etc. Para garantir a informação e evitar equívocos devemos sempre verificar as fontes e a bibliografia usada.

No que tange às novas tecnologias de informação e comunicação, elas transformaram drasticamente os levantamentos bibliográficos, a busca, a seleção, a organização e a disseminação da informação e do conhecimento. No Brasil, até a década de 1980 e meados da década de 1990 do século passado, a forma mais adequada para a realização de um levantamento bibliográfico para fins científicos era consultar o catálogo impresso de uma biblioteca especializada, os índices ou as bibliografias especializadas publicados por instituições reconhecidas. Com o advento da Internet e da disseminação das tecnologias de comunicação e informação pelas sociedades, existe a possibilidade de acesso remoto a bibliotecas virtuais, catálogos de bibliotecas tradicionais, bases de dados bibliográficos, entre outras fontes de informação, muitas das quais já disponibilizando integralmente livros, teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, artigos de periódicos, filmes, imagens, sons (GALVÃO, 2010 p.1).

A partir dessas premissas, foi feito um levantamento bibliográfico acerca do sindicalismo docente no estado do Rio de Janeiro. Principalmente no que se refere à unificação sindical ocorrida em 1987 entre os docentes e as demais categorias da educação (merendeiras, porteiros, secretários etc). Neste trabalho a proposta é de mapear a produção acadêmica deste campo, entre os anos 1987 e 2018, usando como instrumentos de busca a base de dados *Scielo* e o catálogo de dissertações e teses da CAPES. Esta escolha se baseou em seu fácil acesso e seu alto grau de confiabilidade.

A base de dados *Scielo* é um site de busca de artigos e periódicos científicos que possui algumas ferramentas de pesquisa. Dentre estas, temos a opção de busca por “periódicos”, “artigos” ou “relatórios”. A que mais abrange a temática do sindicato docente e dos demais servidores da educação é a modalidade de busca por “artigos”. Dentro dessa opção temos as seguintes escolhas de busca: “índice de autores”, “índice de assuntos” e “pesquisa de

artigos”. A opção é pelo ‘índice de assuntos’, uma vez que faz mais referência ao tema abordado e não apenas a artigos ou autores específicos. A partir dessas opções temos um formulário com três espaços para preencher com palavras-chave referentes ao tema. Não sendo necessário o preenchimento de todos os espaços para efetivar a busca. Existe também um segundo espaço para a inserção do campo de busca da pesquisa. A opção “todos os índices” é a mais abrangente e foi escolhida para uma busca mais completa.

O uso da ferramenta de busca fornecida pelo site da *Scielo* efetua a pesquisa por artigos feitos a partir das palavras-chave. Dessa forma foram escolhidas as palavras “Rio de Janeiro” e ‘SEPE’, referente ao Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação. Nestes moldes não obtivemos nenhum resultado. A mesma modalidade de busca pelas palavras “Rio de Janeiro” e “CEPE”, referente ao Centro Estadual dos Profissionais da Educação, só obteve uma publicação como resposta. Entretanto, em uma análise mais atenta, descobrimos que o artigo é referente à Mata Atlântica e CEPE em questão é o Centro de Endemismo Pernambuco (CEPE). Concluimos que tal pesquisa não possui nenhuma ligação com o Centro Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (CEPE). Este caso específico de equívoco não é uma excepcionalidade nessa modalidade de busca.

Com base no último episódio e para evitar acumular informações que não conversam com a área proposta por minha dissertação, efetuamos três etapas em relação ao processo de pesquisa. Primeiro será feito uma prévia dos artigos encontrados; a partir de então destacaremos apenas os que são referentes ao tema e, finalmente, selecionamos o tema das produções que compartilharam a temática da presente pesquisa.

Quando às palavras-chave são substituídas por “Rio de Janeiro” e “CEP”, referente ao Centro Estadual de Professores; encontramos seis resultados. Mas nenhum resultado positivo se considerarmos nosso objetivo na busca. A maioria possui CEP referente ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). A busca por “sindicato”, “docência” e “Rio de Janeiro” também não leva a nenhum resultado relevante. Parece conclusiva a falta de artigos produzidos que abordam o campo de pesquisa. Pelo menos se considerarmos a *Scielo* como único instrumento de busca.

O catálogo da CAPES de teses e dissertações também possui um sistema de pesquisa. Nesse modelo existe um espaço para a inserção de uma ou mais palavras-chave. Para efetuar uma pesquisa mais específica pode-se usar o aplicativo “refinar meus resultados”. É possível o preenchimento de campos como “ano”, “tipo”, “autor etc, orientando assim uma coleta de dados mais objetiva.

Dessa forma, dentro do catálogo da CAPES buscamos pelas palavras-chave “Centro Estadual dos Profissionais da Educação & Rio de Janeiro & Centro Estadual de Professores”. Também refinamos os resultados apenas para área de conhecimento da educação. Neste caso, o número de teses e dissertações encontradas alcançou os quarenta mil, mais especificamente 42.418 no Brasil inteiro. No entanto grande parte dos resultados encontrados ainda não correspondia à especificidade do tema proposto. Para corrigir isso, a busca se restringiu às universidades inscritas dentro do Estado do Rio de Janeiro. Tendo em vista que o sindicato também está inserido dentro do mesmo Estado. A partir dessas novas especificidades de busca encontramos 3924 trabalhos concluídos referentes aos anos de 1987 a 2012.

Nenhuma produção foi encontrada nos anos posteriores a 2012. Mesmo se considerarmos uma busca mais ampla por todas as instituições presentes no catálogo da CAPES. Não necessariamente esse índice significa que a partir de 2012 se extinguiram trabalhos sobre o tema. Pode haver produções não catalogadas nesse banco específico de dados, porém, como já salientado, nossa análise foi feita com o material gratuito e de fácil acesso. Dentro destes critérios, parece conclusivo que exista escassez de pesquisas com essa temática depois de 2012.

Observando o número de projetos concluídos tendo como referência o ano temos: Em 2012 foram 305 trabalhos finalizados, em 2011 - 332 trabalhos, em 2010 - 295 trabalhos, em 2009 - 199 trabalhos, em 2008 - 228 trabalhos, em 2007 -164 trabalhos, em 2006 - 217 trabalhos e em 2005 - 209 trabalhos. Se analisarmos os dados desde 1987 (53 pesquisas) veremos um nítido crescimento de produção nos resultados da busca. O ano em questão (1987) é o primeiro com resultados a partir da busca efetuada no banco da CAPES com as especificidades relatadas. Além disso, é também o ano em que a unificação das categorias em um mesmo sindicato ocorreu.

Antes de nos atermos à análise dos dados apresentados, devemos reavaliar o resultado encontrado com base no conteúdo dessa produção. Só assim teremos clareza para compor uma relação entre os resultados coletados e o objeto central do presente artigo. Para tanto, analisamos todos os títulos de trabalhos desde 1987 até 2012 e consideramos apenas os títulos que contemplavam nosso objetivo (no caso o contexto da unificação sindical das categorias da educação do Estado do Rio de Janeiro em um mesmo sindicato). A análise se restringiu aos títulos devido à própria organização das obras, efetuada pelo sistema de catálogos da CAPES.

Após uma observação mais atenta dos dados brutos, observamos que dos 305 trabalhos catalogados em 2012, apenas dois coincidiram diretamente com a proposta desta pesquisa. No geral são dissertações voltadas para o estado atual da atividade docente ou que

refletiam sobre a participação popular nas políticas públicas da área da educação. Alguns outros não possuem nenhuma afinidade com o tema da pesquisa.

Das duas pesquisas de 2012 que atendem a todos os requisitos básico para serem enquadrados como trabalhos que possuem alguma afinidade com o sindicato docente temos: “*A docência em suas dimensões profissionais, políticas e culturais: Um estudo sobre a Escola do Professor do Sinpro-Rio (2000-2010)*”, de Thais Martins e “*Caminhos do sindicalismo: Trajetórias de vida de professores do SEPE/Baixada Fluminense*” de Andrea Silva. Mesmo a partir destes dois títulos fica nítida a falta de um diálogo maior com a problemática proposta. Apesar de abordarem temas próximos os dois trabalhos estão distantes do foco da união sindical docente ocorrida no movimento do Estado do Rio de Janeiro em 1987.

Das 332 pesquisas realizadas em 2011 não temos nenhuma em que o título ou a perspectiva do trabalho se relacione diretamente com o tema proposto. Apesar de uma análise mais superficial constatar que o número de trabalhos que conversam com a questão sindical docente tenha aumentado em dados brutos. Em relação mais específica com a união das categorias temos poucos resultados. Em 2010 foram 295 trabalhos, porém depois da análise específica também não encontramos nenhum voltado para a questão sindical. No ano de 2009 tivemos mais 199 resultados da busca e nenhum voltado para nosso objetivo.

Em 2008 foram 228 resultados e a mesma sorte dos anos posteriores, nenhum resultado. Porém em 2007 foi encontrado o trabalho “*O Caminho da Subsunção da Política Nacional de Formação da CUT às Estratégias de Sociabilidade Neoliberais*” da autora Eliane Mora que dialoga com nosso objetivo. Tendo em vista que o Centro Estadual dos Professores (CEP) se filia à Central Única dos Trabalhadores (CUT). A central sindical previa diretrizes para serem adotadas pelos seus membros filiados. Dentre essas diretrizes encontramos a formação sindical por ramo, em que a unificação das categorias na área da educação ganhou respaldo. Entretanto, devemos salientar que essas diretrizes não eram impostas aos sindicatos membros, não sendo necessária a adesão dessas medidas para a permanência ou filiação na CUT (RÊSES, 2002).

Outro trabalho referente a nossa busca foi encontrado em 2006, neste ano tínhamos 217 pesquisas produzidas em resultados brutos. Julian Gindin produziu um trabalho amplo voltado para grandes países da América Latina: “*Sindicalismo Docente e Estado: As Práticas Sindicais do Magistério no México, Brasil e Argentina*”. Entretanto devemos considerar a amplitude dessa obra em relação aos fatos ocorridos no antro da organização docente sindical do Estado do Rio de Janeiro.

Em 2005 foram 209 resultados brutos para apenas um trabalho que interage com nossa temática. “*A Organização dos Trabalhadores em Educação Sob a Forma - Sindicato no Capitalismo Neoliberal: O Pensamento Pedagógico e o Projeto Sindical do SINPRO-RIO, UPPESE E O SEPE*”, de Kênia Miranda, conversa de forma direta com a temática. Abordando o sindicato que trabalhamos em contrapartida com outras entidades sindicais docentes do Rio de Janeiro. A legalização da livre associação pública em 1988 para a formação sindicatos proporcionou a alteração da nomenclatura de Centro Estadual dos Profissionais da Educação (CEPE) para Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE).

No ano de 2004 contamos mais um trabalho que se entrelaça com nossa temática, dentre os 180 resultados da busca. O trabalho encontrado é: “*Caminhos e descaminhos do sindicalismo docente ao longo da década de 1990: referência e especificidade do SEPE, Campos neste contexto*” do autor Guiomar Valdez. No Valdez faz um recorte temporal posterior à unificação sindical de 1987, apesar de se tratar de organização de trabalhadores.

Os anos de 2003 e 2002 apresentam respectivamente 154 e 126 trabalhos encontrados no catálogo, sem, contudo, possuir pesquisas diretamente relacionadas com as nossas ambições. O ano de 2001 foi encontrado um trabalho que se relaciona com a temática dentre as 112 produções na área. “*A União dos Professores do Rio de Janeiro: um Capítulo da História da Organização Docente*” de Teresa Andrade foi a obra encontrada. Essa pesquisa se relaciona com a problemática proposta uma vez que a União dos Professores do Rio de Janeiro é outra organização sindical docente atuante no estado do Rio de Janeiro.

A mesma busca no catálogo realizada nos anos de 2000, 1999, 1998, 1997, 1996 e 1995 encontrou respectivamente 108, 110, 137, 103, 118 e 113 pesquisas concluídas. Entretanto não foi encontrado nenhum trabalho que tivesse relação direta com o sindicato docente do Estado. Nos anos de 1994, 1993, 1992 e 1991 conseguimos os seguintes resultados: 94, 82, 118 e 114 produções em relação aos resultados brutos. Além disso em cada um desses anos obtivemos uma pesquisa que interagiu diretamente com nosso objeto.

Ana Cristina Nogueira conclui seu trabalho “*A Educação Sob a Ótica da C.U.T. e da Força Sindical: Tensões e Ambiguidades*” em 1994. Novamente a questão da Central sindical é alçada. “*Participação de Professores em Movimentos Grevista: Ressonâncias na Organização do Trabalho Docente no Cotidiano da Escola Pública*” é o título da pesquisa desenvolvida por Olga Souza em 1993. Esta produção não tem como objeto de análise o movimento sindical docente, porém retrata algumas de suas práticas de resistência e a reverberação dessas práticas no cotidiano escolar público.

Em 1992 temos o autor Rogério Forti concluindo seu trabalho “*A Greve no Magistério Público*” que também dialoga de forma indireta com as ambições desta pesquisa. Uma vez que centraliza sua análise na questão das greves. No ano de 1991 temos o trabalho de Dulce Alvarenga. “*A Ação Político-Pedagógica de SEPE Junto aos Professores na Busca de uma Escola Pública de Qualidade e que Atenda aos Interesses da Classe Trabalhadora.*”. O trabalho de Alvarenga aborda uma temática muito próxima da que objetivamos nesse trabalho. Contudo não teve como objeto central de seus estudos a unificação sindical ocorrida no movimento.

No ano de 1990 foram computados 116 trabalhos em nossa busca, sem, contudo ter algum que coincidissem com nossos objetivos. Nos anos de 1989, 1988 e 1987 tivemos as respectivas produções: 55, 79 e 56. Sendo que em 1989 foi o único ano com um trabalho que correspondesse à problemática proposta. A pesquisa “*Educação e Hegemonia: O Movimento dos Professores Públicos de 1º e 2º Graus do Estado do Rio de Janeiro de 1977 a 1985*”, efetuada por Henrique Sobreira, aborda parcialmente o período no qual se insere o movimento sindical dos professores do Rio de Janeiro. Entretanto não adentra nas questões referentes à abertura do sindicato docente para as demais categorias, ocorrida em 1987.

Segue uma tabela ilustrativa dos anos em que encontramos resultados, número bruto de pesquisas encontradas, número refinado de trabalhos que possuem alguma afinidade com nossa temática e por fim, quando houver, o autor que produziu a obra. Por fim o total bruto e refinado da busca efetuada.

Ano	Nº Bruto	Nº Refinado	Autor
1987	56	0	
1988	79	0	
1989	55	1	Henrique Sobreira
1990	116	0	
1991	114	1	Dulce Alvarenga
1992	118	1	Rogério Forti
1993	82	1	Olga Souza
1994	94	1	Ana Cristina Nogueiro
1995	113	0	
1996	118	0	
1997	103	0	
1998	137	0	
1999	110	0	
2000	108	0	
2001	112	1	Teresa Andrade
2002	126	0	
2003	154	0	
2004	180	1	Guiomar Valdez

2005	209	1	Kênia Miranda
2006	217	1	Julian Gindin
2007	164	1	Eliane Mora
2008	228	0	
2009	199	0	
2010	295	0	
2011	332	0	
2012	305	2	Andrea Silva / Thais Martins
Total	3.924	11	

Com posse desses dados já podemos fazer algumas reflexões sobre a temática. Apesar do adensamento de pesquisas no setor da educação, esse movimento não corresponde a um aumento de pesquisas relacionadas ao sindicato docente. Além disso a queda vertiginosa posterior a 2012 nesse catálogo da CAPES coloca essa área dos estudos da educação em risco.

A partir da reflexão acerca dos títulos das obras que podem sugerir alguma relação mais direta com a questão que trabalhamos, uma pesquisa menos superficial dessas obras se faz necessária. Não só para confirmar a originalidade do nosso tema como também para agregar informações que podem ser importantes no decorrer da nossa pesquisa. A busca por essas obras vai manter os critérios estipulados de acesso gratuito e via Internet. Tendo em vista a necessidade de difusão do conhecimento produzido para o campo de pesquisa, apenas as pesquisas que foram encontradas nesses moldes foram lidas e comentadas em relação a nosso objetivo. Uma ressalva se faz necessária em relação ao fato de serem produções anteriores à plataforma SUCUPIRA, o que dificulta a disposição desse material online.

Dessa forma apenas as pesquisas das autoras Kênia Miranda, Eliane Mora, Andréa Silva e Thais Martins foram disponibilizadas e encontradas facilmente na Internet. De forma mais específica, o trabalho “*A Organização dos Trabalhadores em Educação Sob a Forma - Sindicato no Capitalismo Neoliberal: O Pensamento Pedagógico e o Projeto Sindical do SINPRO-RIO, UPPEE E O SEPE.*”, de Kênia Miranda aborda os três grandes sindicatos referentes à educação no estado do Rio de Janeiro: SINPRO-RIO, UPPEE e SEPE. A autora busca fazer dialogar o pensamento pedagógico com a esfera sindical docente. Faz importantes reflexões acerca da natureza do trabalho docente, da formação sindical e da escola. Apesar de discursar sobre a trajetória das três entidades, a unificação sindical não foi o objeto principal de sua obra.

A partir de uma análise mais detalhada, a obra “*A docência em suas dimensões profissionais, políticas e culturais: Um estudo sobre a Escola do Professor do Sinpro-Rio (2000-2010)*” da autora Thais Martins podemos concluir que ela se insere no campo da história da educação. Também aborda a questão da organização de trabalhadores docentes,

ênfatizando principalmente os sindicatos. Por fim a autora desenvolve uma importante reflexão sobre o SINPRO-RIO, sem, contudo, adentrar no sindicato que almejamos pesquisar.

Andréa Cristina Silva desenvolveu o trabalho “*Caminhos do sindicalismo: Trajetórias de vida de professores do SEPE/Baixada Fluminense*” sob a perspectiva da interlocução entre a história da educação e sociologia da educação. Sua obra é voltada para os movimentos sociais na área da Baixada Fluminense no Rio de Janeiro, ênfatizando a atuação do SEPE na região. Questões sobre a formação da identidade e a configuração social são abordadas, assim como a reconstrução parcial da história do SEPE. Contudo a unificação das categorias também não é o objetivo primordial desta pesquisa.

A última obra encontrada de forma gratuita e na rede é de Eliane Mora: “*O Caminho da Subsunção da Política Nacional de Formação da CUT às Estratégias de Sociabilidade Neoliberais*”. Vale ressaltar que para o acesso a esse material o pesquisador deve se cadastrar no site dominiopublico.gov.br e baixar a obra. Neste trabalho são feitas reflexões sobre os limites e possibilidade do movimento sindical brasileiro. Relativizando e enaltecendo o pensamento reformista social proposto pela Central Única dos Trabalhadores. A política de formação de dirigentes e a busca por recursos também são temas abordados. Entretanto o trabalho não aborda diretamente o Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (SEPE), muito menos o processo que culminou com a união sindical.

Com base em todo esse processo de pesquisa acerca do campo desenvolvida neste artigo. Podemos concluir que existe uma grande lacuna de produção nessa área. Mesmo se considerarmos as últimas grandes produções, como as obras dos autores: Erlando Rêses (2008), Paula Vicentini e Rosário Lugli (2009 e 2011), Sadi dal Rosso (2011), que se debruçam sobre a temática da proletarização do trabalho docente. Os trabalhos dos autores citados ajudam a reconstruir parcialmente o percurso traçado pelos docentes como classe no Brasil. Ainda assim carece de uma análise mais específica acerca da transmutação do Centro Estadual dos Professores (CEP) em Centro Estadual dos Profissionais da Educação (CEPE) em 1987.

É nítida a necessidade de trabalhos que envolvam esse campo, assim como pesquisas que abordem diretamente o tema da unificação sindical. Tanto para suprimos a escassez de pesquisas no sentido quantitativo, referente ao número de pesquisas na área, quando em uma análise qualitativa se observarmos a falta de trabalhos para o adensamento desse debate. O

fato de podermos entrevistar antigas lideranças do sindicato como Godofredo Pinto⁹, Daise Calazans¹⁰ e Alcebíades Teixeira¹¹ também agregam inúmeras possibilidades a uma futura pesquisa nessa área. Para esclarecimento do leitor: Godofredo participou da diretoria que abdica, Daise é a última remanescente que permanece nas duas diretorias e Alcebíades é integrante da nova diretoria que se formou. O fato temporal também contribui com a urgência dessa pesquisa, tendo em vista a idade avançada em que se encontram alguns dos entrevistados.

Os próprios entrevistados e seus cargos demonstram a intrínseca relação entre eles e a entidade. Nas palavras de Alcebíades: “A primeira vanguarda do SEP, que organiza a associação em 1977 e que lidera uma greve importante em 1979 [...], essa geração teve lideranças como: Godofredo Pinto, depois Hildésia Medeiros. [...] Alguns eram lideranças autênticas da categoria, como Daise”. Anos mais tarde, após a unificação das categorias e a eleição da nova diretoria a configuração ficou com: “Florinda Lombardi é presidente [...] eu era o vice dela. Eu era a antítese. Daise era a secretária [...] isso em 1988, em 1990 a gente repetiu [...] em 1992 a eleição já não tem presidente.”¹².

O objetivo das entrevistas é de ampliar as possibilidades de análises que podem ser feitas a partir do movimento de unificação das categorias no CEPE. Por serem lideranças internas da entidade a memória dos três entrevistados engloba em grande parte o pensamento que envolveu as duas diretorias. São vanguardistas do movimento e grandes influenciadores dos integrantes que o compuseram em seus respectivos períodos de atuação. Lembrando que o cargo de presidente deixou de existir a partir de 1992, desde então passou a existir uma divisão proporcional da direção da entidade. A direção é composta por indivíduos eleitos conforme a proporção de votos para as chapas concorrentes. Alcebíades lembra que “em 1992 a eleição já não tem presidente. A gente havia aprovado no congresso uma reforma estatutária que substituíu a figura do presidente e do vice por uma coordenação geral de cinco membros.”¹³.

⁹ Mestre em lógica matemática pela UFF (Universidade Federal Fluminense), professor aposentado de matemática na UFF e na rede municipal do Rio de Janeiro e estadual nos municípios de Campos e Niterói. Presidente do SEPE em duas oportunidades, deputado estadual e prefeito de Niterói nos anos de 2002 até 2008.

¹⁰ Professora formada pelo Instituto de Educação do Rio de Janeiro, concursada no estado e município do Rio de Janeiro, grande atuante de diferentes diretorias do SEPE, vice-secretária de educação do governo de Benedita da Silva.

¹¹ Mestre em Geografia pela UFF em 2004, professor estadual aposentado e do colégio Pedro II, professor na Faculdade Simonsen. Importante integrante das diretorias pós unificação das categorias.

¹² Entrevista de Alcebíades.

¹³ Entrevista de Alcebíades.

As entrevistas foram realizadas com o intuito de deixar os respectivos atores terem espaço de fala. Para tal foi explicada a proposta do trabalho de forma clara, evidenciando que não é uma disputa entre as duas diretorias e sim um estudo que busca relativizar as possibilidades, permanências e transformações ocorridas com a unificação das categorias em um mesmo sindicato. A abordagem era livre dentro de alguns eixos: O movimento, a unificação as rupturas e as permanências, contexto e formas de ação.

Essa pesquisa mais específica não vai buscar um lado vencedor, ou melhor, no sentido de superioridade. Muito menos compreender o movimento de unificação sindical como natural, mesmo porque em outros grandes centros como SP esse processo não vigorou. Se ocorrer alguma comparação será apenas no intuito de observar características das diretorias, pois a identidade é também um processo de diferenciação. Porém se porventura ocorrer esse tipo de análise de cunho comparativo não será, de forma alguma, para sobrepor alguma direção à outra.

Como já foi dito, podemos elucidar para o leitor que o fato de ser neto de uma das entrevistadas não vai interferir diretamente em minha análise. Tendo em vista o caráter de busca de possibilidades, repertório de ação e identidade do movimento, e não o de exaltação de alguma diretoria ou mesmo inferiorização de outra. O fato de Daise ter sido a única remanescente no processo de ruptura na direção do movimento transforma ela em fator essencial para esse trabalho.

Daise conta que foi convencida a integrar a nova direção que se formava.

Fui procurada por essa nova direção, com a qual tinha boa relação. [...] se me visse como oposição teria muita dificuldade de trabalhar como o grupo que eu defendia. A nova direção me procurou me perguntando se eu toparia continuar porque estaria sendo considerada como diretora entre eles . [...] Bem mais tarde eu entendi que já era uma grande liderança e que a minha presença daria uma certa continuidade para essa nova direção. [...] Entendi que de qualquer maneira isso era bom¹⁴.

Para enfatizar as decisões dos indivíduos que compõem o movimento sem perder a dimensão do contexto histórico, o uso das entrevistas será relacionado com um pequeno esboço do período. Quando possível a associação dos discursos com acontecimentos narrados por outras pesquisas acadêmicas. Dessa forma esse trabalho se divide em um primeiro momento em que detalhamos o porquê do interesse, da necessidade e dos procedimentos efetuados durante a pesquisa. Seguido por uma definição de conceitos teorias que foram utilizados no decorrer do trabalho. Outra etapa se dá na contextualização do período histórico

¹⁴ Entrevista de Daise Calazans.

no qual o objeto se insere. Por fim o destaque são as entrevistas que dialogam com todas essas etapas e proporcionam novas possibilidades de análise do interior da entidade.

Após esse movimento que vem sendo construído no decorrer do capítulo o leitor vai ser apresentado aos autores e conceitos que compõem a presente obra. Essa base de cunho teórico vai servir para auxiliar na compreensão e na análise das entrevistas. Além disso, evidencia as possibilidades de pesquisa que busquem interligar os indivíduos, suas memórias e narrativas ao contexto político, econômico e social pelo qual passava o país e mais especificamente o estado do Rio de Janeiro.

A partir dessa reflexão conceitual será traçado um esboço do quadro histórico geral e de possibilidades no qual o movimento está inserido. As entrevistas podem ajudar também a compor o presente quadro, tendo em vista as possíveis reflexões mais abrangentes que possam surgir. Mas o objetivo central aqui é da atividade de indivíduos no processo de unificação das categorias. Além da inserção histórica do objeto no contexto econômico, político e social pelo qual era atravessado. Por fim as reflexões finais devem se ligar às possibilidades das entrevistas, dar voz total aos indivíduos no que participaram, apoiando ou não, a transmutação de CEP em CEPE.

2 CONCEITOS, TEORIA E PRÁTICA

Um trabalho que se pretende acadêmico possui uma base conceitual assentada em autores e em textos que possibilitem melhores reflexões sobre a questão proposta. Trata-se de uma seleção que, evidentemente, exercerá influências sobre a constituição do *corpus* teórico-metodológico da pesquisa. O referencial bibliográfico é, em certa medida, modulado pelo pesquisador sob uma perspectiva particular de compreensão. Um novo olhar, um novo pensar que assimilam as contribuições daqueles com os quais dialogamos, todavia, combinadas com a experiência de vida do pesquisador e com as influências que sofreu: “o que e como leu”, “o que e como viu”, “o que e como ouviu”. Trata-se de um *commercium* entre os sujeitos, o mundo e as coisas. As vivências do sujeito são parte da construção da identidade do próprio autor e por ele externada em sua obra. Sem perder de vista as limitadas possibilidades que o objeto e a temática possam evidenciar.

Ante o exposto, é importante dedicar este tópico do trabalho a apresentar o referencial teórico com o qual estabelecemos uma troca de ideias e inspirações. Um primeiro contato com os autores que utilizamos para colaborar na composição do trabalho. Além de especificarmos a corrente historiográfica e metodológica dos autores, traçaremos a semântica de alguns conceitos. Algumas teorias também foram propostas para reflexões sobre a unificação das categorias e da própria entidade. Por fim, devemos ressaltar que os conceitos e teorias apresentados se relacionam com a prática sindical do movimento por meio das entrevistas.

Inicialmente, temos como referência os trabalhos de Boris Fausto (2006), Marco Aurélio Santana (2007), Paula Vicentini e Rosário Lugli (2009 e 2011) e Erlando Rêses (2008): Fausto traça os parâmetros históricos mais gerais da vida nacional; Santana, Vicentini e Lugli se debruçam sobre o associativismo docente e o movimento sindical brasileiro, enquanto Rêses adentra de forma mais específica nas questões atinentes ao sindicalismo docente.

Foram igualmente importantes as contribuições de Edward Amadeo e José de Camargo (1991), acerca do centralismo sindical, e de Maria Hermínia de Almeida (2008) sobre a formação e as inovações do Novo Sindicalismo. Jailson dos Santos (2010) e Jan Masschilein (2014) abordam alguns conceitos que contribuem para a reflexão sobre trajetória da educação pública nacional, nas décadas de que tratamos.

Recorreremos, ainda, a Lucília Delgado (2003), para permear os caminhos que a História Oral percorre acerca das narrativas e da formação da memória, e, finalmente, a Tomaz da Silva (2011), Claude Dubar (2012) e a Manuel Castells (1999) que contribuíram quanto à noção de identidade.

Com base nos autores citados e nas narrativas produzidas através das entrevistas, é possível percorrer alguns caminhos que envolvem a alternância do quadro de filiados, a abdicação de parte da direção e, por consequência, no processo de construção de identidade do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (SEPE-RJ). Com maior ênfase nas rupturas e permanências vivenciadas por esse movimento.

Há um percurso longo dos docentes até que atingissem a consciência de que formam uma classe profissional, trabalhadora e assalariada O Estado, durante tempo considerável, designou às instituições religiosas e aos seus membros a tarefa de prover a educação e o ensino, entendida como parte do trabalho missionário a que deveriam se dedicar por abnegada vocação. O trabalho docente, secularmente firmado em valores religiosos, muito lentamente transmutou-se em emprego assalariado, tal qual as demais ocupações laborais próprias do sistema capitalista. Autores como Vicentini (2011), Lugli (2011), Rêses (2008), Sadi dal Rosso (2011) entre outros ajudam a contextualizar, em partes, algumas possibilidades na construção da identidade do professor até a sua modelagem atual. O resultado seria a inserção dos docentes na lógica patrão-empregado proposta pelo atual sistema capitalista. A proletarização do docente, mesmo com suas especificidades, acarretaria em um maior grau de associativismo e na constituição de sindicatos que representassem e defendessem a classe dos trabalhadores da educação (RÊSES, 2008).

Não é objetivo desta pesquisa detalhar uma visão historiográfica do assunto. Apesar de muito pertinente e relevante para futuras pesquisas, uma visão da historiografia acumularia muito mais informações do que pretendemos usar para a compreensão do objeto de pesquisa neste trabalho. Como já elucidado, autores como Erlando Rêses (2008), Paula Vicentini e Rosário Lugli (2009 e 2011), Sadi dal Rosso (2011) se debruçam sobre a temática da proletarização do trabalho docente. Os trabalhos dos autores citados ajudam a reconstruir parcialmente o percurso traçado pelos docentes como classe no Brasil. Mesmo que consideremos a enorme pluralidade e diversidade dessa categoria. Por se tratar uma dissertação de mestrado com prazos curtos, a definição de alguns conceitos, além da conjuntura história que envolvia o objeto terão melhor serventia para o leitor. Em suma, restringiremos este tópico aos autores que vamos utilizar e suas funções para com essa perspectiva, tais quais os conceitos que surgiram no decorrer da pesquisa e que por

consequência devem ser abordados. Assim o leitor poderá entender com clareza a base e os caminhos com os quais essa dissertação foi produzida.

A partir destes pressupostos, poderemos desenvolver parcialmente o percurso de proletarização do docente brasileiro durante o século XX. Para essa abordagem os autores Erlando Reses (2008), Sadi Dal Rosso (2011) e Paula Vicentini e Rosário Lugli (2009 e 2011) são fundamentais. O livro organizado por Dal Rosso (2011) assim como a obra “História da profissão docente no Brasil: representações em disputa”, das autoras Vicentini e Lugli, aborda diretamente a questão. Apesar de já haver ocorrido movimentos protagonizados por docentes. É consenso entre os autores que, de forma geral, as organizações docentes só passam a ser regra e ganham status de sindical após a virada para o século XX (VICENTINI e LUGLI, 2009; Rêses 2008; DAL ROSSO, 2011).

O autor Dal Rosso (2011) faz uma interessante análise acerca do sindicalismo na área da educação. Elaborando inclusive elementos que merecem ser destacados em relação a esse setor. É nítida a intrínseca relação que o trabalho docente tem com a sociedade na qual se insere. Cabe ressaltar o caminho inverso: a influência, seja ela qual for, da sociedade nos indivíduos que exercem a função de docente. Desde questões mais amplas como a questão econômica, social, política etc, como também questões mais específicas tais como: família, amigos, experiências; são todas experiências dentre as inúmeras possibilidades de que de alguma forma participam do processo de formação do professor. Mas também existe o caminho oposto, a influência que os docentes exercem na sociedade. Como classe, os professores exercem grande influência na formação de seus alunos. Dubar (2005) também estuda esse movimento, principalmente na relação trabalho e a construção da identidade.

Como ressaltado os ramos da educação no mundo e no Brasil formaram uma classe com uma série de especificidades. Um primeiro fator que merece destaque se dá no contexto imaterial de sua produção. Ou seja, se trata de um trabalho que não produz produto (no sentido material) final a ser comercializado. Não é regra, mas no geral nosso sistema baseado no capital é formado por empregadores e empregados, os que pagam e os que recebem salário. O empregador adquire matéria prima, contrata um trabalhador e por meio da força de trabalho produz um produto final com valor agregado. A comercialização desse produto gera renda para o empregador adquirir mais matéria prima, pagar o(s) empregado(s) e retirar seu lucro. No caso dos empregados docentes não existe a produção de uma matéria final para o cálculo de sua força de trabalho (RÊSES, 2008).

Esse fator referente a remuneração do serviço docente não é a única especificidade. A maioria dos docentes empregados no Brasil se subdividem entre os que atuam em escolas

particulares e os das escolas públicas. Além disso, uma porcentagem considerável exerce função em ambas as esferas do ensino. No caso específico dessa dissertação, a pesquisa se volta para os que formam o sindicato. No geral eram professores e servidores ligados ao estado do Rio de Janeiro. Sabemos que o estado não emprega esses profissionais pensando no retorno financeiro a curto prazo. A finalidade de um programa estadual de educação perpassa por outras esferas que não só as econômicas. Todas essas atribuições colocam a relação entre os professores públicos empregados e estado empregador ainda mais dissonantes das relações de trabalho mais comumente encontradas (RÊSES, 2008).

Os entrevistados também conviveram com essas características da classe docente durante suas respectivas carreiras sindicais. Alcebíades destaca que

a mentalidade da categoria era uma mentalidade, ainda num certo sentido, conservadora, [...] eu quero fazer uma greve radical para resolver meu problema, para nunca mais precisar fazer greve. [...] uma certa recusa de aceitar que o magistério estava aderindo de uma vez por todas à cultura da classe trabalhadora¹⁵.

O crescimento dessa função no Brasil é outro fator que merece destaque, o sonho de um ensino universal que vem sendo construído, pelo menos, desde o manifesto dos pioneiros (LOVISOLO, 1989). Por conta de especificidades do contexto brasileiro, o governo se encarregou da maior parte desse processo. Entre outras consequências, podemos considerar que para suprir essa demanda a nação já contava com quase dois milhões e meio de professores em 2003 de acordo com Dal Rosso (2011). Apesar de tratar de um trabalho imaterial e como já exemplificado ocorrer uma série de singularidades em sua relação com o sistema capitalista no qual vivemos, o trabalho docente possui uma ampla categoria profissional com vínculos materiais e financeiros. Grande parte com contrato vigente com alguma instância do governo e, em grande medida, dentro das normas gerais das leis trabalhistas. (DAL ROSSO, 2011).

Na maioria dos casos a organização do trabalho entre empregadores e empregados pode ser cooperativa ou conflitiva. Por consequência do sistema de acumulação de capital no qual estamos inseridos, essa relação tende a ser conflitiva. Esse tipo de relação promove a organização de categorias e até de classes em busca dos seus interesses. Essa união de indivíduos fortalece e legitima ainda mais a luta por melhores condições de trabalho e renda. Neste contexto, o sindicato se torna uma das principais formas de organização, negociação e luta dos assalariados. Vale ressaltar que o sistema capitalista prioriza a questão financeira.

¹⁵ Entrevista Alcebíades Teixeira.

Entretanto, como já destacamos, a questão docente perpassa o meio e a função fim desta classe. Interferindo também na produção e reprodução de valores da sociedade na qual também estão inseridos (DAL ROSSO, 2011).

No debate acerca do sindicalismo docente brasileiro, existe um consenso de que apenas na virada do século XIX para o XX as organizações docentes passaram a ganhar mais destaque (DAL ROSSO, 2011). Resultado também da expansão do ensino, do aumento do número de professores, da visão científica positivista do período acerca da educação e do seu poder de transformação da sociedade, considerando, inclusive, a participação efetiva de educadores na política. Dal Rosso (2011) se propõe a enumerar algumas razões objetivas e subjetivas para esse atraso na organização da classe dos professores. Dentre as razões objetivas, podemos ressaltar a condição pulverizada da categoria, o descaso do poder público e também o baixo acesso à escola. Dentre as subjetivas podemos considerar a imaterialidade do trabalho docente, a relação do Estado com a categoria e com a educação e principalmente a dificuldade de se compreender o trabalho docente como um serviço assalariado entre empregado e empregador. Este último representado pela dicotomia entre vocação e profissão na questão docente (DAL ROSSO, 2011). Outros fatores que influem diretamente e indiretamente na história desta classe é a rápida aceitação e inserção da mão-de-obra feminina nesse ramo, visto como um serviço de extensão do lar principalmente no início do século XX; e a intrínseca ligação com a religião, principalmente a católica, desde dos tempos coloniais (VICENTINI e LUGLI, 2011).

Em relação aos sindicatos e mais especificamente ao sindicato docente, muito do que foi produzido tem base na sociologia. Dialogando com as ideias de Marx e em parte com Gramsci, Dal Rosso (2011) entende que o conflito de classe possui dois lados. O docente se enquadraria no flanco dos trabalhadores, mesmo levando em consideração que muitos são contratados pelo Estado. Nesse sentido, o empregador (Estado) que os contrata não visa lucrar com a atividade. Mas busca a questão do bem social e a formação de mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho. É a partir dessa perspectiva que se determina o valor e a necessidade dessa classe (DAL ROSSO, 2011). Entretanto, essa classe nem sempre é ou foi vista como pertencente ao lado dos assalariados. Muito dos outros agrupamentos de trabalhadores viam os docentes como uma classe diferente, tanto no sentido da remuneração quanto no sentido das formas de luta e até de uma esfera cultural distinta. Mesmo que essas diferenças nem sempre correspondam à realidade os meios sindicais docentes carregavam

esse estigma assim como a dos médicos o de outros ramos vistos como de “colarinho branco”¹⁶ (RÊSES, 2008).

Essa dicotomia também pode ser observada pelos entrevistados. Alcebíades que é professor de geografia se questiona:

Por que que em 1950 essas escola eram tão boas?[...] a maioria da juventude estava sem escola nenhuma no campo. Mas nas cidade, numa urbanização de 40%, 50%, estas escolas tinham qualidade. Inclusive não havia vaga para todo mundo. [...] Esse recorte temporal da sua investigação mostra exatamente o período em que os governos estaduais [...] não garantem mais o padrão salarial que a categoria conhecia nas décadas de 1950, 1960, 1970. Um professor com 50 anos de idade fazendo a greve de 1988 [...] tava puto da vida¹⁷.

Dal Rosso também se apropria de alguns ideais durkheimianos, principalmente em relação à reprodução de valores. Refletindo sobre esse processo, e na perspectiva desta dissertação, podemos elucidar uma série de questões pertinentes. Em se tratando de uma reprodução social, o que antes era um processo de âmbito familiar, vai se tornando também uma questão de Estado e de educação escolar de caráter público. Dessa forma, o indivíduo professor passa a exercer cada vez maior influência na produção e reprodução dos valores sociais por intermédio da escola. O mesmo indivíduo que recebe influências da sociedade é exposto a experiências de vida que o moldam. Nesse sentido, o docente é peça chave da educação escolar e da reprodução de valores sociais, assim como é produto da sociedade em que vive. (DAL ROSSO, 2011).

Por fim, a questão da imaterialidade que envolve a profissão docente e a dificuldade de valorização dessa atividade. Como já descrito, a reprodução de valores e de práticas para a sociedade e o mercado são questões chaves para compreendermos a importância da educação, bem como o poder de transformação social que detém a escola e a classe docente. A organização em sindicatos também configura parte desse processo, uma vez que o sindicato tende a exigir melhores condições de serviço e renda. Dessa forma o sindicato deve ser compreendido como um espaço de contestação e de união da categoria. O sindicato também exerce influência sobre a formação desses indivíduos que o compõem, assim como a instituição sindical se modifica a partir da ação dos indivíduos organizados. No caso específico do sindicato dos professores do estado do Rio de Janeiro, a classe docente se uniu aos demais servidores da educação formando um único sindicato em 1987. Mas todo esse

¹⁶ Referente a profissionais que possuem funções de excelência e trabalhos mais voltados à produção imaterial (RÊSES, 2011).

¹⁷ Entrevista de Alcebíades.

movimento deve ser compreendido a partir do contexto e época no qual estavam inseridos (DAL ROSSO, 2011).

Na época dessa unificação o Brasil vivia um regime militar que havia galgado o poder em 1964 por meio de um golpe militar. Nesse período, a livre sindicalização dos servidores públicos não era permitida, os docentes deveriam ingressar na atual UPPES-RJ (União dos Professores Públicos do Estado do Rio de Janeiro – Sindicato). Porém, como veremos no decorrer desta pesquisa, os interesses e as reivindicações dos professores, além da própria livre participação na entidade era restrita ou em grande medida vigiada pelo poder público. Alguns professores fundam nesse período o SEP em 1977 (Sociedade Estadual dos Professores) com o intuito de reivindicar melhores condições de trabalho e renda. Então apesar de funcionar como um sindicato, o movimento era descrito como sociedade para fugir das rígidas leis que vigoravam no meio sindical no período¹⁸. A livre associação de funcionários públicos só ocorre no final de 1988, e em 1989, o CEPE (Centro Estadual dos Profissionais de Educação) se torna SEPE (Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação).

Godofredo relembra que na formação da SEP foi debatida a necessidade de se formar uma nova entidade, muitos entendiam que a formação de uma nova sociedade poderia rachar ainda mais o movimento. Esse trecho também demonstra a pluralidade do movimento, que continha outros tantos agrupamentos.

Na criação da SEP, começou a haver um núcleo de pessoas, digamos, independentes de Niterói. Porque havia o pessoal lá do Rio do chamado blocão, que era o pessoal do PCB, PC do B, MR8 e tal. Tinha também a turma do chamado Movimento de Oposição Aberta dos Professores (MOAP). Havia o pessoal do Movimento pela Emancipação do Proletariado, do qual Hildésia fazia parte e também o pessoal da Convergência, todos estes do chamado MOAP”. “Ainda não existia uma entidade, eram assembleias informais. [...] debatia-se sobre criar uma entidade. O pessoal do Bocão defendia que a gente entrasse em uma entidade já existente. Porque essas entidades não eram sindicatos. Porque a sindicalização de servidores públicos era proibida, então existiam várias associações”. “Eu e os independentes de Niterói nos aliamos ao pessoal do MOAP para criar uma nova entidade, o que acabou prevalecendo numa assembleia¹⁹”.

A análise mais ampla envolvendo a categoria é produzida pelos autores Dal Rosso (2011) e Vicentini e Lugli (2011). Em relação à questão mais específica do SEPE, o autor Rêses tem pesquisa na área. Todos entendem que a profissão docente vem se distanciando de sua posição mais elitista de classe e se tornando cada vez mais operária. Tanto por

¹⁸ Godofredo Pinto, um dos entrevistados, chegou a ser detido e levado pelo polícia. Solto depois de virar notícia no jornal e um grupo de professores protestar por sua soltura.

¹⁹ Entrevista de Godofredo Pinto.

consequência da desvalorização dessa atividade como pela formação de um vasto quadro de mão de obra. Para Rêses (2008) a unificação das categorias seria um ponto determinante de todo esse processo. Tanto no sentido de uma ampliação e alteração dos filiados como pela simples aceitação de outras classes na mesma entidade.

No geral os estudos voltados para essa classe assumem uma perspectiva mais ampla, ligando os acontecimentos a eventos de grande importância na escala nacional. Aqui proponho uma reflexão mais específica, com o auxílio de entrevistas para compreender as possibilidades que o movimento passou pela ótica de importantes participantes da entidade. Alonso (2009) exemplifica que até a metade do século XX estudos sobre sindicatos e movimentos sindicais expressavam ideias marxistas clássicas. Dividiam a sociedade e compreendiam que os movimentos sindicais se ligavam a perspectivas revolucionárias ou, ao menos, de luta pelo poder estatal. Essas teses entraram em contrassenso principalmente a partir dos anos de 1960 quando movimentos de cunho identitários ganham maiores proporções. Esses novos movimentos nem sempre se formam conforme a classe econômica, por vezes são formado por ideias ou na busca por direitos. Dentre eles podemos citar o movimento negro, feminista, ambientalista, LGTBS etc (ALONSO, 2009).

Com esses novos desafios surgem também novas teorias que buscam examinar esses movimentos principalmente a partir de 1970. Na perspectiva de Alonso são três as que se destacam: a Teoria de Mobilização de Recursos, a Teoria dos Processos Políticos e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais. A teoria de mobilização de recursos parte do pressuposto que existem recursos finitos, tanto em relação a recursos humanos (indivíduos) quanto a financeiros (verbas). Esses recursos seriam disputados pelos movimentos para que possam existir e proporcionar mobilizações, ações e reivindicações. Tal base analítica prioriza a questão econômica e de contingente em relação a outros aspectos ideológicos e simbólicos.

No referente às finanças do movimento, Daise esclarece que, assim como hoje, “o CEP dos anos 70 não tinha imposto sindical, organizávamos nós uns boletos que pagávamos a alguém da escola, [...] levava para a regional e daí ia para o CEP”. Com ressalvas quanto a forma de cobrança, hoje já não se usa mais os boletos. A entidade permanece arrecadando apenas de seus filiados tendo em vista que não é o sindicato “oficial” para a burocracia estatal. Alcebiades descreve algo parecido quando relata que “os sindicatos dos servidores públicos, os sindicatos de magistérios, são a prova de que é possível ter uma vida sindical com a

contribuição voluntária, sem o imposto sindical. Todos os SEPEs, estados a fora, não recebiam imposto sindical²⁰.

Godofredo retrata algumas das dificuldades iniciais quando lembra da primeira negociação com o futuro secretário de educação do governo de Chagas Freitas, Arnaldo Niskier.

O senhor está sendo convidado pelo professor Arnaldo Niskier, que ia ser o futuro Secretário de Educação do Chagas Freitas. [...] Porque a greve começou no governo Faria Lima. [...] Chagas tomava posse dia quinze de Março. [...] O Niskier tentou passar uma lábia e tal: primeiro, pareceu cético em relação à entidade - uma entidade paupérrima, ele dizia, vocês não tem nada; vocês precisam de uma sede; vocês estão dando aula ainda e um dirigente sindical precisa ter licença sindical para desenvolver um trabalho tão importante; vocês precisam ser remunerado para isso²¹.

O movimento cresceu muito de lá para cá, mas é interessante pensar nas condições financeiras, materiais e até de logística do início da entidade. Nesse sentido, Godofredo também lembra da greve das conveniadas quando teve papel de destaque e um contratempo financeiro por consequência da conta telefônica. *“Eu orientando tudo, indo no lugar ou pelo telefone; como o CEP não tinha telefone, era o meu telefone. Eu era professor, não tinha nada, eu nunca paguei uma conta de telefone tão cara na minha vida”*²².

As décadas de 1970 e 1980 foram muito ricas em termos de formação teóricas acerca dos movimentos sociais. Outra teoria de movimentos sociais formada neste período foi a teoria de processos políticos. Essa perspectiva possibilitou privilegiar os aspectos políticos e culturais nas análises sobre movimentos sociais. Mesmo que ainda não conseguissem contemplar de forma mais específica os espaços intrínsecos de cada movimento (ALONSO, 2009).

A teoria dos processos políticos entende os movimentos sociais como partidos políticos. Esses partidos se diferenciam a partir das reivindicações e das formas de ação. Na medida que o poder político é complacente com determinados movimentos. No geral, estes movimentos têm mais liberdade para se expressar. Em contrapartida, quando o regime político é contrário, estes movimentos tendem a ser mais veementemente reprimidos. Essa análise tem em vista que nem sempre os movimentos sociais buscam alternâncias nas estruturas de poder do estado. Por vezes essas manifestações extrapolam a esfera política nacional, podendo reivindicar questões como: identitárias, de gênero, morais, ecológicas etc (ALONSO, 2009; MELUCCI, 1989).

²⁰ Entrevista de Daise Calazans.

²¹ Entrevista de Godofredo Pinto.

²² Entrevista de Godofredo Pinto.

Em termos gerais a teoria de processos políticos enfatiza mais a lógica política entre detentores de poder e seus supostos desafiantes. Dessa forma a luta dos grupos sociais seria por uma maior participação ou influência no âmbito político. Na busca pela resolução das questões reivindicadas na especificidade de cada movimento como sujeitos coletivos, o repertório de ação seriam as greves, passeatas, comícios, assembleias, boicotes etc. O que possibilita distinguir as manifestações são: os autores, o ambiente, o tema e o uso ou não da violência. Nesta ótica o processo de escolha do repertório de ação seria deliberado e compreendido a partir das escolhas dos agentes em questão e no decorrer da própria ação (ALONSO, 2009).

A lógica da teoria de processos políticos aplicada no caso singular da classe docente expõe uma nova série de questões que merecem devida reflexão. Essa teoria permite examinar a classe dos professores em separado das demais classes operárias sem julgá-la como elitista. Na ótica clássica marxista a proletarização do professor no sentido de massificação do trabalho e a diminuição dos salários e formação de mão de obra excedente são os motivos-chave para a adesão dessa classe às demais classes operárias. Levando em consideração as contribuições da teoria dos processos políticos, outros motivos-chave também teriam sua relevância para a formação da classe docente. Dentre eles podemos ressaltar: a formação histórica da classe docente, a questão da vocação em detrimento da profissão, ser uma das poucas brechas para o trabalho feminino visto como uma extensão dos trabalhos domésticos, a estatização e politização do processo educacional, o processo de elitização conceitual do professor perante a sociedade entre outras tantas variantes (RESES, 2008; VICENTINI e LUGLI, 2009).

Na ótica dos processos políticos, os aspectos históricos e culturais ganham destaque, tendo em vista a compreensão do movimento social como sujeito coletivo. Para isso, essa teoria passa a considerar as origens do movimento, suas reivindicações e seu repertório de ação. Os aspectos políticos, as possibilidades e os constrangimentos do momento histórico no qual o movimento social está inserido seriam a força motriz para a análise da fundação e das pautas do movimento em questão (ALONSO, 2009). No que se refere a formação da heterogênea classe docente no Brasil, os acontecimentos políticos do contexto histórico no qual o movimento se insere são fundamentais para compreensão do próprio movimento social. Nesse sentido o contexto do golpe militar, a intervenção nos sindicatos, o arrocho salarial, o processo de redemocratização e a possibilidade de nova inserção no contexto político nacional se tornam peças-chave na compreensão das análises do CEP e de sua transformação em

CEPE. O repertório de ação desse sindicato seria o mesmo das demais organizações trabalhistas, priorizando ações como: greves, assembleias, passeatas etc.

No geral os sindicatos possuem um repertório de ação conhecido, mas cada greve, passeata ou até assembleia tem suas peculiaridades e singularidades. Godofredo remonta a greve das professoras conveniadas que serve como um bom exemplo de atuação do sindicato.

Em 1980, houve aquela greve que foi a mais vitoriosa. A mais vitoriosa e a menos conhecida, foi a greve das professoras conveniadas da zona rural. [...] Foi a greve que mais me emocionou, junto com a de 1979. A de 1979 teve muito mais repercussão. [...] Essas professoras eram chamadas de conveniadas porque havia um convênio entre o estado e o município, as prefeituras, onde o estado dava a grana para os prefeitos e os prefeitos contratava professores e pagavam. [...] Chegaram duas professoras de Cachoeiras de Macacu [...] e explicaram que eram professoras conveniadas. [...] Me contaram o que era, nem eu sabia, que elas estavam sem receber a três meses.

Essa falta de pagamento não estava restrita a Cachoeiras de Macacu, Godofredo continua seu relato contando que o problema afligia o estado todo

O estado inteiro, em vários municípios. [...] Ao todo cerca de seis mil. Isso foi um dado que recebi depois. [...] Pedi para ela convocar uma assembleia pra lá. [...] Modéstia parte essa foi uma greve godofrediana, porque a diretoria central, primeiro, não levou a sério; segundo, não estava nem aí para região da roça. [...] Cheguei na assembleia na Igreja, ouvi. [...] Vocês vão me informar os municípios que não estão recebendo. Marquei a próxima reunião para a Câmara dos Vereador. Enche a Câmara lá e faz a próxima assembleia. Até porque os prefeitos estavam danados com o governador que não estava repassando a grana. O prefeito lá era do PDS. [...] Ele disse que garantia o transporte e eu fiz uma parceria com o PDS; essa é a questão da visão sindical. O que me diferenciava da estreita e sectária oposição. [...] Eu queria a vitória do movimento, não apenas marcar posição. [...] E eu tirei a linha, vamos em cima dos deputados estaduais que têm votos nesses municípios. [...] E a reivindicação é a seguinte: não tem convênio, vai virar professor do estado. Sem concurso, é a concessão de princípio que você precisa fazer. [...] E a vitória total acontece, inclusive com enorme aumento salarial²³.

Daise também foi protagonista no processo de reivindicação dos aposentados. O fato de não exercerem mais suas funções dificulta a mobilização, porque, a princípio, exclui a possibilidade de greve.

Depois que ganhávamos o que a categoria desejava, nem sempre isso se refletia nos aposentados. Eu marcava reuniões exclusivas de aposentados e aí o governo ou o prefeito levava um susto quando eu chegava acompanhada de quinze ou vinte pessoas, todas idosas. Ele até ficava sem graça de não receber pois eram todas idosas e cada uma ou duas eram de municípios diferentes. [...] Teve uma vez que o governador disse que era necessário que todos os aposentados deveriam responder um questionário determinado pela secretaria de educação, isso para a coisa não sei né. Não sabiam do que éramos capazes, conseguimos que cada município com suas

²³ Entrevista de Godofredo Pinto.

comissões de aposentados, que a essa altura já haviam sido criadas, apanhassem aqueles benditos questionários e fizessem para seus aposentado. [...] Nos marcamos para entregar, quando a secretaria viu que era sério tentou desconversar, afirmando que apanharia e coisa e tal. Como sabíamos que não iriam, marcamos um dia e resolvemos descer com mais de mil aposentado do estado todo e cada um com parte de toda aquela papelada. E fomos entrando pela secretaria de educação, nos pararam no hall de elevadores e já não tinha mais onde botar papel. Tudo arrumadinho em ordem alfabética e com o município por fora; era papel que não acabava mais. Os elevadores param não tinha como ninguém entrar ou sair porque estava tudo interditado. Conclusão: fomos recebidos e a secretaria botou toda aquela papelada para dentro e não viu nada daquilo. Mas deu o que queríamos imediatamente²⁴.

Como anteriormente descrito, a teoria de processo político enfatiza aspectos culturais, históricos e políticos nas suas análises. Nessa ótica os movimentos atuam como partidos buscando novos membros e recursos para suas práticas e reivindicações. Mesmo que avance no sentido de novas possibilidades de análise, essa teoria ainda carecia de uma reflexão mais intrínseca em relação aos movimentos sociais. Os aspectos individuais e ideológicos na construção da identidade coletiva do movimento precisavam ser melhor explorados. A necessidade dessas novas perspectivas e abordagens proporciona a formação da teoria dos novos movimentos sociais. Essa teoria passou a priorizar as ações individuais e os conflitos no interior dos movimentos sociais. Principalmente no que se remeta à formação do processo de identidade coletiva do movimento (ALONSO, 2009).

A compreensão da teoria dos novos movimentos sociais depende em grande parte da compreensão do conceito básico de identidade. Estudos desse ramo apontam que a formação da identidade individual e coletiva é baseada exclusivamente na diferença. O grupo social se define a partir da diferenciação entre ele e os outros demais agrupamentos. A partir do momento em que se define alguma característica identitária coletiva ou individual se excluem outras possibilidades de identidade. Poucas são as definições identitárias que abrangem a todos, se é que existem. Mesmo quando pensamos na identidade que contemplem a todos como por exemplo: “somos todos humanos”, ainda assim estamos nos diferenciando de outros animais que não são humanos. Sob essa ótica, é conclusivo afirmar que a formação identitária se baseia em grande medida na equidade e na diferença. Outro fator a se considerar é a profunda volatilidade da identidade, tendo em vista o ininterrupto processo de sua formação e das diferentes reflexões que ela pode gerar. (DA SILVA, 2011; CASTELLS, 1999).

Nesse sentido, a teoria dos novos movimentos sociais passou a priorizar as questões do interior destes movimentos para suas análises. As disputas identitárias dos indivíduos e grupos têm importância ímpar para a construção da identidade coletiva. Os aspectos

²⁴ Entrevista de Daise Calazans.

simbólicos e as emoções coletivas ganham destaque em detrimento dos aspectos políticos mais amplos. Nessa ótica as mobilizações e movimentos não podem ser explicadas apenas pelos contextos históricos. Deve se considerar como prioritária a ação dos indivíduos, suas ideologias e suas emoções na formação identitária dos movimentos sociais coletivos. Dessa forma os movimentos passam a representar em grande medida essas reivindicações e ideologias individuais (ALONSO, 2009; MELUCCI, 1989).

A teoria de novos movimentos sociais prioriza ainda mais o âmbito cultural e individual nas suas reflexões e análises. Nessa perspectiva a solidariedade e as ideologias que formam as identidades coletiva e individuais são primordiais para a compreensão de qualquer movimento social. Também sob essa ótica, a análise da transformação do CEP em CEPE abre uma nova gama de reflexões e possibilidades. A formação social e histórica dos indivíduos que fundaram e formam o movimento é crucial na análise dos rumos do próprio movimento. Assim como a relevância da ampliação do quadro sindical quando o CEP se transforma em CEPE, que proporcionou uma nova composição identitária do coletivo.

Em relação a formação identitária do movimento podemos fazer algumas reflexões em diferentes âmbito. No contexto da entidade, sem dúvidas a incorporação dos demais funcionários da educação transformou toda sua estrutura. Alcebíades conta que em 1987 a oposição radicalizou o processo.

A gente banca uma proposta considerada radical, que era a abertura dos quadros do estatuto. Para incorporar os chamados profissionais administrativos, de apoio. Todo mundo que não tem diploma de magistério na escola. Desde o secretário até a merendeira. [...] A gente ganhou a votação²⁵.

Mas também havia uma mudança identitária em relação aos professores como classe, pois a redução do poder de compra somada a ampliação do sistema educacional público influenciou diretamente essa categoria (RÊSES, 2008). Por fim também podemos reflexionar sobre a formação identitária individual dentro da entidade. Para Daise

O CEP ajudou muito na minha formação política também, um aprendizado muito maior até do que eu tive dentro do próprio partido. [...] O CEP fazia encontros só de mulheres por exemplo, fui em um em Paquetá patrocinado pelo CEP²⁶.

O marxismo também se adaptou às novas questões que surgiam na atual sociedade e desenvolveu uma segunda corrente da Escola dos *Annales* (REIS, 2000). Aspectos mais

²⁵ Entrevista de Alcebíades Teixeira.

²⁶ Entrevista de Daise Calazans.

específicos também ganham importância em relação às questões de maior amplitude. No caso específico deste trabalho pretendo me ater a teoria dos novos movimentos sociais e enfatizar as possibilidades que as entrevistas dos ilustres participantes do movimento podem proporcionar. Mesmo que não perca de vista aspectos mais gerais da sociedade, economia e política no período.

Para construir um quadro geral do momento histórico pelo qual a nação passava, buscamos auxílio no trabalho de Boris Fausto (2006). O autor delimita bem o recorte dado ao objeto de estudo, informando dados econômicos e políticos, tais como: a escalada da inflação, a sucessão dos presidentes militares e suas respectivas políticas gerais.

Fausto (2006) se debruça por toda a história nacional geral, ligando acontecimentos para trilhar uma sequência de fatos que levam até o momento oportuno deste trabalho. Essa base de cunho generalista funcionou como delimitador temporal, auxiliando a contextualização da temática e dos objetivos da pesquisa nessa ambiência social, econômica e política. Mesmo que esse caráter mais geral extrapole o recorte temporal mais específico da pesquisa, ele acaba por gerar ainda mais questões que ajudam a entender de forma mais evidente a singularidade do objeto ao qual nos debruçamos. Ainda que de forma generalista; Boris Fausto dedica várias páginas do seu texto à redemocratização, enfatizando a força crescente do sindicalismo no período analisado.

Marco Aurélio Santana (2007) assumiu função mediadora entre esse contexto mais geral e a especificidade do movimento sindical, servindo-nos de base para o estudo do sindicalismo brasileiro, principalmente ao que tange a organização dos trabalhadores em centrais sindicais nacionais (SANTANA, 2007). A dissertação do autor acerca da criação da Central Única dos Trabalhadores, entidade a que se filiou o CEPE no decurso de sua trajetória, ajudou-nos a ampliar a nossa capacidade de análise. O próprio Rêses (2008) aponta dados em que o SEPE hoje é a segunda força com mais integrantes presentes na CUT, perdendo apenas para os metalúrgicos.

A proposta de Santana (2007) envolve o sindicalismo nacional e os acontecimentos ligados ao movimento operário fabril, no qual os metalúrgicos do ABC tiveram participação destacada. Seu estudo engloba também as Centrais Sindicais, tema que nos interessa em razão de o Sindicato dos Profissionais da Educação do Estado do Rio de Janeiro ter se filiado a uma delas, no final da década de 1980.

É interessante também notar como a especificidade tratada no trabalho de Santana ganha novos contornos quando cotejada à conjuntura mais geral construída por Fausto. Apesar das propostas diferenciadas de cada um dos autores, foi possível que a leitura dos

textos identificasse um diálogo profícuo entre eles, uma comunicação que os envolviam e que se enredava diretamente ao tema do nosso estudo.

Também nesse contexto da sindicalização, duas questões surgiram, carecendo de uma leitura mais específica. A primeira, no sentido da centralização sindical: quais as alternâncias, permanências, vantagens e desvantagens de um movimento sindical centralizado em detrimento de um descentralizado. Para tal questão é pertinente a leitura de Edward Amadeo e José Camargo (1991) que aborda diretamente o assunto no quadro nacional, em que o Brasil estaria e está num limbo entre as duas correntes de sindicalismo, o centralizado e o descentralizado, possuindo duas Centrais Sindicais, porém com total independência por parte dos sindicatos filiados.

A segunda questão que ganha pertinência, no caso do estudo e das linhas traçadas por este trabalho, se dá no conceito e movimento conhecidos como “Novo Sindicalismo”, desde sua origem, às razões que o fizeram ser considerado “novo”. Para tais explicações seguimos a linha de pensamento do trabalho de Maria Hermínia Almeida (2008). A autora busca caracterizar essas conservações e mudanças do movimento sindical no quadro nacional e que resultaram no apogeu do “Novo Sindicalismo” que reformaria o processo de reivindicação dos sindicatos brasileiros, a partir do final dos anos 70, e participaria ativamente da redemocratização do país.

Como será visto no decorrer do trabalho, por vezes, as diretrizes gerais propostas por estas Centrais nem sempre foram efetivadas pelos sindicatos. Esse processo envolve toda a questão do centralismo, ou não, do movimento sindical brasileiro (EDWARD AMADEO e JOSÉ CAMARGO, 1991). Fazendo a ponte entre o sindicalismo nacional e o docente no estado do Rio de Janeiro, temos a dissertação de mestrado de Erlando Rêses (2008), que faz uma ligação das características mais gerais da nação e do movimento sindical com o específico quadro sindical docente do estado do Rio de Janeiro. Em sua dissertação de mestrado, Rêses compreende todo o quadro docente brasileiro, partindo dos jesuítas e avançando até a virada do século XX para o XXI, fazendo uma interessante comparação com o mesmo quadro vivido em Portugal (RÊSES, 2008). Traça também uma linha em relação à proletarização do trabalho do professor, além de envolver em seu discurso a história de gênero, enriquecendo ainda mais a temática tratada (RÊSES, 2008).

Após o estudo dos autores mencionados, fica nítida a necessidade de buscar outros autores que nos ajudassem a dar conta das entrevistas que fizemos com antigos professores que tomaram parte da diretoria do sindicato dos docentes do Rio de Janeiro. Conceitos como memória e identidade, ganharam relevância em consequência do tema proposto e das

entrevistas realizadas. Pois em relação as permanências e rupturas pelas quais a entidade passou com o processo de unificação ficam mais claras a partir da voz de alguns dos protagonistas do movimento. A memória está intrinsecamente ligada às pessoas que são entrevistadas. O que essas pessoas lembram e o que esquecem, por opção ou não, são fundamentais para o resultado final. Cabe, então, uma análise sutil desse conceito, a fim de nos servirmos de ferramentas teóricas que permitam um melhor tratamento do material colhido pelas entrevistas que estão contidas no trabalho. A identidade por sua vez tem ligação direta com todo o movimento sindical até o advento do novo sindicalismo e também com os entrevistados e até o próprio objeto em questão (SEPE-RJ).

A autora Lucília Delgado (2003) faz uma interessante análise da memória, partindo do ponto de que o tempo e a vida humana em seu curso são processos de ruptura e permanências com os períodos anteriores. Distintas interpretações, avaliações e projetos quanto ao passado, presente e futuro, cabendo ao homem o papel de autor, construtor e narrador de sua própria história no tempo. Sob essa ótica tanto a memória, quanto a própria história seriam construídas por indivíduos ou coletivos com influências e experiências próprias. Além disso, o futuro só pode ser feito futuro se houver o contraponto do passado na ótica do presente. Em suma, o processo de estudo da história acumularia tanto a história já passada, quanto a história acumulada até então (DELGADO, 2003).

Nesse sentido, a cronologia temporal e o próprio recorte operado pelo pesquisador para destaque do objeto de análise são de suma importância e referência para o estudo da história. Devemos destacar também a dimensão linear e a simultaneidade social que ocorrem concomitantemente à história, entendendo como simultaneidade social as ações humanas indissociáveis à vida em sociedades. Qualquer análise, então, perpassa tanto por essa instabilidade natural, quanto por uma multiplicidade de tempos. Em outras palavras, existem diferentes formas de pensar e possibilidades de análise do passado, existe um universo de possibilidades e perspectivas no decorrer de um mesmo momento histórico (DELGADO, 2003).

A partir desses princípios acerca da história humana e do próprio tempo, podemos entender que a busca por processos de construção de significados ou até identidades (como veremos mais adiante) tem na memória, assim como na história, parte de seus fundamentos. A memória também é parte desse passado, ao ponto que tem a peculiaridade de reviver e recordar acontecimentos, ideias e até emoções de indivíduos ou coletivos (DELGADO, 2003).

A memória tem em comum a instabilidade e a mutabilidade com a história, assim como também está intrinsecamente ligada ao tempo. Outra característica da memória é seu

apoio na formação e manutenção de identidades coletivas ou individuais. Entretanto a memória também se liga ao presente diretamente, do qual o porta-voz tem experiências e vivências que interferem direta ou indiretamente na sua narrativa do passado. “O que se lembra” e “o que se esquece”, quer consciente ou inconsciente, são questões sempre presentes no contexto da memória tanto do coletivo quanto do individual (DELGADO, 2003). No entanto a memória possui algumas diferenças em relação à história. A primeira se atém à narrativa do passado enquanto os historiadores utilizam-se dessas narrativas para reconstruir o passado, mesmo que ambas estejam à mercê do tempo presente. A história se torna uma produção intelectual do saber histórico, uma interpretação da realidade e de si com bases metodológicas. Ou mesmo um agrupamento racional de memórias envolvendo apropriação, diálogo, referência e esquecimento (DELGADO, 2003).

Para concluir esse raciocínio, assim como os lugares de memória, as narrativas possuem destaque na composição histórica. Tanto as narrativas escritas quanto as orais compõem também o processo de construção de identidades coletivas e individuais. As narrativas incorporam implícita e explicitamente as singularidades e peculiaridades do sujeito que as narra, inclusive vontades e interesses. Cabe ao profissional da história a análise dessas diversas narrativas para a composição de um quadro histórico. A história oral é um campo teórico e metodológico da história que se dedica aos estudos que envolvem essas narrativas do passado como as entrevistas realizadas para a formação deste trabalho. Sem perder de vista que as narrativas, sujeitos, memórias e identidades são processos em permanente construção, assim como a história e o tempo que as envolve (SILVA, 2011).

No que tangencia o caso dos entrevistado podemos ver algumas mudanças de posição evidenciadas nas suas próprias falas. Godofredo lembrando da fundação do SEP, quando a proposta que apoiava foi derrotada:

A discussão saiu, [...] e eu defendi o seguinte: não tem diretoria, tem um colegiado. Não tem esse negócio de presidente, secretário, diretor e tal. Coisa que depois eu mudei um pouco de posição, mas na época eu defendia isso²⁷.

Daise também relata uma reflexão posterior sobre fatos passados quando relata sua experiência na troca de diretorias:

Eu sempre busquei ter uma boa relação com todas as forças e todos os lados, porque senão o trabalho dos aposentados não sairia. [...] a nova direção me procurou me perguntado se toparia continuar, porque estaria sendo considerada diretora entre

²⁷ Entrevista de Godofredo.

eles. [...] Bem mais tarde eu entendi que já era uma liderança e a minha presença daria uma certa continuidade para essa nova direção²⁸.

A identidade, por sua vez, tem profunda relação com todo o trabalho, pois se liga diretamente à identidade dos sindicatos antes e depois da tendência do “Novo Sindicalismo”, assim como aos entrevistados e à visão que estes possuem em relação a si e ao sindicato do qual faziam parte. Para debater esse conceito faremos uso dos autores Tomaz Tadeu da Silva (2011) e Manuel Castells (1999). Enquanto o primeiro traça uma narrativa acerca da produção social sobre a diferença, o segundo detalha linhas de desenvolvimento dos diferentes processos percorridos pela identidade, inclusive dividindo em formas distintas de processos. Como essa perspectiva acaba presente em todo o trabalho, merece a atenção que dedico a partir de agora.

Os estudos teóricos e que incluem a identidade como um conceito só vêm a galgar força no pós-guerra, principalmente final do século XX. Entre outras variantes, a valorização do multiculturalismo, novos mecanismos de arquivo e o processo de globalização possibilitaram novas perspectivas sobre a temática. A tolerância quanto à diversidade foi um tema frequente, podendo ser considerado ele próprio uma política de identidade (SILVA, 2011). Uma das características básicas da identidade é a relação íntima que esta tem com a diferença, pois determinar “aquilo que se é” só tem sentido se considerarmos “aquilo que não se é”. Nesse sentido tanto a identidade quanto a diferença só existem dentro das sociedades que culturalmente destacam essas diferenças. Em um mundo multicultural e globalizado como o atual a diversidade ganha destaque e permanece sempre presente. Pouquíssimas são as exceções como o “somos todos humanos”, ainda assim caracterizado pelos que não são humanos, ou seja, diferenciando dos demais animais. Ao ponto que podemos entender que a própria identidade só fundamenta a sua existência a partir das diferenças. Sendo possível em uma sociedade também o caminho inverso, no qual ela pode auxiliar e fomentar também as diferenças (SILVA, 2011).

Essa questão da formação identitária como base na diferença dentro da entidade pode ser, em alguma medida, explorada pelas entrevistas. Principalmente no que diz respeito a unificação das categorias. Daise aponta que

Foi uma questão mal assimilada, a partir de então as greves enfraqueceram. O movimento diminuiu, até por questões intrínsecas, aqueles interesses do professor e funcionários nem sempre se conciliaram. [...] Como a diretoria era basicamente de professores, os funcionários não conseguiam grandes conquistas nas expectativas

²⁸ Entrevista de Daise Calazans.

que possuíam. Bem mais para frente eles entraram na diretoria e passaram a ter conquistas²⁹.

Parece nítido que existe uma distinção entre professores e funcionários, mesmo com o aumento gradual de na participação da diretoria. Godofredo não é diferente

Em 1979, e logo após a greve, o que aconteceu: eu tomei a iniciativa de propor a criação da Sociedade Estadual de Merendeiras, Inspetores, Trabalhadores e Serventes, para organizar o pessoal de apoio. [...] Mas essa SEMITS não foi para frente porque é aquele negócio, você não decreta uma entidade de cima³⁰.

Nas duas falas podemos ver uma preocupação com os demais funcionários que atuam na escola, mas ao mesmo tempo existe uma clara diferenciação entre os docentes e os demais servidores. Alcebíades não é diferente de Daise ou Godofredo, porém encara o tema sob uma outra perspectiva. Para ele

A parte bacana da história era você num congresso entrar pela esquerda falando que o magistério no Brasil tinha que se assumir como classe trabalhadora. [...] ninguém estava dizendo que o funcionário administrativo era um educador no estrito senso de um professor. Mas que tinha um papel educacional a cumprir³¹.

Referindo-se a sua esposa Adriana, lembrou que “Ela achava que nós, professores, mesmo os de esquerda, éramos muito insensíveis com a rapaziada do apoio”³².

Outra característica que deve ser ressaltada em relação ao processo de formação da identidade, mas que também cabe ao conceito de diferença, se remete ao fato de que ambos são construídos a partir da linguagem. Por sua vez, a linguagem é produto de um processo social e cultural, mas acima de tudo a linguagem é um sistema de diferenças se considerarmos que o processo de nomear é basicamente o diferenciar. Ao determinar o nome de uma espécie como cachorro, por exemplo, você diferencia esse animal de todo o resto que não seja um cachorro. Dessa forma a diferença e a identidade só existem dentro de um universo linguístico, mas a própria língua é instável, passível de alternância de sentido e é basicamente formada a partir da diferenciação (SILVA, 2011).

As palavras, ou mesmo outras formas de sinais, podem ser consideradas como signos, dificilmente um signo contém permanentemente à semântica que lhe é atribuído. Por vezes o processo histórico atualiza os significados de alguns conceitos. Se pensarmos no processo de

²⁹ Entrevista de Daise Calazans.

³⁰ Entrevista de Godofredo Pinto.

³¹ Entrevista de Alcebíades Teixeira.

³² Entrevista de Alcebíades Teixeira.

caracterização de um signo também encontraremos a questão da identidade e da diferença. Por exemplo, em um dicionário um signo é explicado e caracterizado conforme sua diferença frente outros tantos signos. O processo de diferenciação dos outros tantos signos é fundamental para a formação da identidade do signo em questão (SILVA, 2011).

No contexto da unificação o signo, mais especificamente o som do nome da entidade, entrou em um debate central dentro da nova diretoria que assumiu após a abdicação da anterior. Alcebíades conta que

A gente ficou muito impressionado com a terminologia que os mineiros usavam: a União dos Trabalhadores do Ensino. UTE-MG. [...] Alguém chegou a pensar, e por conta disso, propor que o CEP se transformasse em CET: Centro Estadual de Trabalhadores. [...] Eu inclusive defendi contra. É muito importante que as pessoas nas escolas continuem escutando que o CEP continua existindo. Porque o setor mais atrasado da categoria começou a falar assim: o CEP acabou. Não tem mais Centro Estadual de Professores, tem uns lunáticos aí que criaram uma coisa nova. Então era muito importante dizer que o CEP continuava. [...] A gente transformou o Centro Estadual dos Professores em Centro Estadual dos Profissionais da Educação. Mais para manter a sonoridade. Manter o P né³³.

É possível concluir então que, tanto a identidade quanto às diferenças e, até os próprios conceitos, são instáveis. Uma vez que, apesar do signo permanecer o mesmo, o sentido que ele carrega pode variar conforme uma infinidade de variantes, dentre as quais o leitor, sua concepção e experiência. Parece conclusivo que o processo da identidade está numa interdependência com a diferença, assim como a simbologia está vinculada ao discurso. Partindo do pressuposto que estão todos inseridos em uma relação social e linguística, parece óbvio que qualquer construção social e humana esteja passível das relações de poder que envolvem a própria sociedade, ainda mais se considerarmos que a disputa pela construção da identidade é marcada pela diferença (SILVA, 2011).

Nesse sentido, a constatação e a afirmação da identidade na sociedade dependem diretamente da inclusão e da exclusão, tal qual a representação “do que somos” em detrimento “do que não somos”. Nesse contexto, esse processo implica em dividir o “nós” do “eles” e classificar as sociedades em segmentos (SILVA, 2011). Também por se tratar de um ambiente social que envolve uma série de interesses e poder, dificilmente essa classificação não gera hierarquização e até privilégios por parte de um ou mais agrupamentos. Além do mais, normalizar e anormalizar certas práticas e características, separar o aceitável do não aceitável, são questões que envolvem o processo e a manutenção da identidade. Uma disputa entre as forças que querem fixar e legitimar uma identidade em divergência com uma que acaba por

³³ Entrevista de Alcebíades Teixeira.

querer subverter essa identidade (SILVA, 2011). No exemplo das nações existe toda a preocupação com um passado em comum, um “mito fundador”, que explique e legitime a nação (CASTELLS, 1999).

Outro ponto que podemos ter em mente acerca do conceito diferença, significados dos signos e do processo de formação da identidade está fundamentado no fato de todos provirem de construções sociais. Esse processo de atribuição de sentido inclui tanto as representações sociais dos atores envolvidos quanto o próprio processo de comunicação. Tudo isso passível, senão provável, de manipulação, principalmente por envolver sociedades humanas com interesses individuais e coletivos, tanto implícitos quanto explícitos. Em suma, as representações estão intimamente ligadas à sociedade, assim como estão ligadas à identidade e às próprias diferenças. Nesse sentido a identidade é também um processo inacabado sempre em construção, até mesmo quando tende a se fixar, sempre vulnerável aos atores sociais e as relações de poder inerentes à sociedade (CASTELLS, 1999; SILVA, 2011).

Ainda em se tratando da identidade, não podemos confundi-la com o papel social, tendo em vista que este papel social corresponde a funções atribuídas, por exemplo: mães, vizinho, trabalhador; enquanto a identidade estaria mais ligada à fonte de significado dotado pelos atores sociais. Mesmo que uma função possa ganhar contornos de identidade, ela deve ser elevada a esse novo patamar pelos indivíduos e grupos pertencentes à sociedade (CASTELLS, 1999). Em termos mais gerais, Castells aponta três formas que o processo de construção identitária pode percorrer. São eles: *identidade legitimadora* introduzida por instituições dominantes com o intuito de legitimar, perpetuar e propagar seu domínio sobre outras correntes sociais; *identidade de resistência* produzida por atores que estavam em posições secundárias na sociedade, também vista como uma fronteira de resistência; e *identidade de projeto* usada com materiais encontrados para a produção ou redefinição de uma identidade (CASTELLS, 1999).

Estas três vertentes apontadas por Castells (1999) não são imutáveis, sendo todas passíveis de alternâncias. No geral encontramos um Estado que busca padronizar a identidade sob a ótica legitimadora em contraponto com outros agrupamentos sociais que, no geral, estão desvalorizados perante o meio social. Mas uma identidade de resistência ou mesmo uma identidade de projeto podem galgar força dentro do coletivo que é a sociedade e se tornar dominante sob um novo contexto social. Essas constatações compactuam ainda mais para uma análise por parte do pesquisador da situação histórica geográfica que envolve o campo

específico do estudo³⁴. Uma vez que o contexto social pelo qual passa a sociedade influencia diretamente o processo de construção e manutenção de identidade dos indivíduos e grupos que a compõem. (CASTELLS, 1999).

É nítido que o processo de formação do SEPE-RJ também perpassa por todos esses conceitos e atributos que detalhamos. Sob uma ótica mais ampla podemos entender que o governo ditatorial, apoiado em leis do período varguista, inibia a livre sindicalização de servidores públicos. O SEP surge como oposição a essa estrutura, pois mesmo sem se nomear como um sindicato, na prática, agia como um. Daise lembra quando liderou grande parte dos aposentados para conseguir os mesmos benefícios dados aos professores da ativa.

A secretária na época disse que infelizmente os aposentados eram um peso na folha. Fizemos depois uma reunião com os aposentados e como já tinha todos os telefones do Palácio do Governador, os que podiam ligavam para falar com o Palácio. Inviabilizamos os telefones do Palácio do Governador desde sete da manhã até às cinco da tarde, todos os aposentados com o dedo no aparelho e quando conseguiam falar repetiam a mesma coisa: senhor sabe, senhor Governador, que a sua secretária de Educação falou em uma audiência com o CEP que os aposentados são um peso na folha? O governador ligou para minha casa e deu o abono³⁵.

Outro bom exemplo foi a prisão de Godofredo em plena ditadura, ele lembra que A entidade atuava como sindicato, mesmo quando atuava clandestinamente ou não era reconhecida como tal.

O delegado disse que o movimento era político. Eu disse que não, é um movimento classista. Não tem política, não tem partido. Ele disse: Não tem política é? O senhor Lula é professor? Como não é político? Me lembro que meu advogado era o Marcelo Cerqueira, e o Marcelo havia me dito que era para negar tudo. Era para falar não, não e tal. [...] mas isso eu não podia falar que não. Era fato público e notório, daí falei que era solidariedade classista³⁶.

A caracterização cria a diferença que fundamenta a identidade. Por consequência, a identidade sempre está em processo de construção, tal qual a própria diferença. Enfim, não podemos classificar esses dois processos como essenciais, mesmo porque ambos estão ligados às representações dentro de um ambiente social cercado de relações de poder. Sem dúvidas a unificação das categorias foi determinante para as transformações identitárias do movimento. Mesmo que ainda perdure a distinção entre professores e as demais categorias, estão todos compondo a mesma entidade. Por fim, vale salientar que memória também está intrinsecamente envolvida com o contexto social e é moldada conforme os interesses

³⁴ Conceitos delimitados por Bourdieu (1983).

³⁵ Entrevista de Daise Calazans.

³⁶ Entrevista Godofredo Pinto.

implícitos ou explícitos do narrador. Os três entrevistados e suas respectivas falas devem ser analisadas sempre dentro desta perspectiva. Esse processo também põe em evidência a necessidade de se cruzar as entrevistas para chegar a melhores resultados.

Levando em conta o campo desta pesquisa devemos ter em mente que as narrativas usadas nas entrevistas concedidas por integrantes do SEPE-RJ no período do recorte temporal do trabalho, estão plenamente ligadas ao tempo presente. Inclusive aos resultados obtidos pelas ações que tiveram no passado, mesmo que na época essa reflexão fosse impossível. Não cabe ao pesquisador um papel de juiz dessas narrativas, submetendo-as ao rigor de julgamentos sobre interpretações, saudosismo, omissões e até mentiras, para subtrair disso uma verdade absoluta. O interessante aqui é a percepção por parte do produtor deste trabalho em definir o quadro de possibilidades e de ambiente pelo qual o objeto de estudo passou. Enfim, não parece concebível, ou mesmo possível, um humano atual tentar subtrair de narrativas e estudos acerca do passado uma verdade absoluta e irrefutável. Entretanto a produção de uma história voltada para essa temática ajuda a compor um quadro geral que apesar de eternamente incompleto, também se encontra em permanente construção. E nessa busca as entrevistas e perspectivas dos atuantes na unificação sindical são de vital importância

3 MOVIMENTO DOCENTE EM UM BRASIL EM MOVIMENTO

Uma análise mais profunda dessa pesquisa impõe uma reflexão sobre os cenários nacional e do estado do Rio de Janeiro, especificamente, no período da criação da Sociedade Estadual de Professores (SEP), em 1977, até sua transmutação em Centro Estadual dos Profissionais da Educação (CEPE), em 1987. O objetivo é o de compreender o particular e tumultuoso processo intelectual, político e institucional que reestruturou a antiga sociedade de professores e deu-lhe uma nova e mais ampla forma de representação sindical, em 1987. Tumultuoso porque, no ano seguinte, toda a diretoria abdica e uma nova diretoria envolvida com a votação da unificação do ano anterior assume o movimento. Essa votação marcou significativa alteração no quadro sindical docente. O CEPE pretendeu agrupar, além dos docentes, todas as demais categoriais de trabalhadores da educação em um mesmo sindicato. No Brasil, essa integração entre categorias não foi regra. Em alguns estados, os sindicatos se unificaram, e em outros, essa transmutação não ocorreu.

Alcebíades lembra que os componentes da diretoria antiga

Avaliaram, quando a gente aprovou a abertura do quadro, avaliaram que a oposição CUTista tinha cometido um erro. [...] reconheceram a deliberação; mas soltaram uma nota dizendo que aquela deliberação era um erro grosseiro. Que ameaçava o Centro de Professores. E eles renunciaram, entregaram o mandato. Eu acho que na avaliação de que ao entregar o mandato, eles eletrizariam a sua base social³⁷.

Para elucidar as questões que envolveram as transformações operadas no âmbito do sindicato, dando nova trajetória à organização de classe desses educadores, foi necessário circunscrevê-las aos acontecimentos políticos, econômicos e sociais mais amplos da vida nacional, bem como ao contexto geral das políticas públicas e do sindicalismo brasileiro daquele período. Utilizamos como referências os trabalhos de Fausto (2006), Santana (2007) e Rêses (2008).

A partir dessa reflexão, podemos compreender de que forma e até que ponto a atmosfera sócio-político-econômica nacional e do estado do Rio de Janeiro cooperou para o advento da nova estrutura do sindicato dos docentes. Foi preciso levar em conta que, apesar da proibição do associativismo imposta pelo regime militar golpista instalado no Brasil a partir de 1964, os trabalhadores da educação conseguiram transpor as barreiras que impediam sua livre organização política em defesa da democracia. Também poderemos destacar as

³⁷ Entrevista Alcebíades Teixeira.

centrais sindicais que se constituíram no período, tais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical. Além disso, os estudos do Novo Sindicalismo merecem uma reflexão para uma compreensão mais ampla das lutas sindicais travadas pelos trabalhadores contra um regime político discricionário que, pela via da repressão e do controle, interveio fortemente nas organizações políticas e sindicais existentes.

O regime civil-militar instaurado, no Brasil, após o golpe de 1964, fragilizou de forma substantiva as lutas dos trabalhadores e suas representações sindicais. Especialmente através da edição de sucessivos Atos Institucionais (AI) foi garantida a permanência do regime ditatorial, de modo a aumentar os poderes discricionários do governo central. De 1964 a 1969, foram editados dezessete Atos Institucionais. Esses Atos eram decretos e normas que se colocavam acima da constituição vigente, mesmo depois de os militares outorgarem sua própria Constituição ditatorial, a de 1967. As greves operárias, a exemplo das ocorridas em Contagem (MG) e em Osasco (SP), em virtude da política de arrocho salarial, bem como as manifestações estudantis que tiveram seu ápice durante a Passeata dos Cem Mil, no Rio de Janeiro, fizeram com que o General Costa e Silva passasse a enfrentar enorme pressão para o endurecimento do regime.

A chamada linha-dura acreditava ser necessário conter esses movimentos, interpretados como sinais de avanço do comunismo no país. O surgimento da luta armada e de movimentos de guerrilha urbana e rural, nos primeiros anos da ditadura, também foram fatores motivadores para a edição do Ato Institucional n.º 5 (AI-5), em 1968, inaugurando o período que ficou conhecido na história brasileira como “anos de chumbo” (FAUSTO, 2006; SANTANA, 2007; RÊSES, 2008; ALMEIDA, 2008). Entre 1964 e 1970, os governos militares também intervieram diretamente em 536 entidades sindicais, utilizando o aparato estatal, inclusive as forças policiais e repressivas, além de propagarem o terror e o medo entre seus opositores (ALMEIDA, 2008).

Apesar de vitorioso contra a esquerda armada, o governo discricionário não se estabilizou facilmente no poder. O declínio dos grupos armados, após período de violenta repressão dos opositores, abriu um espaço maior para outros tipos de movimentos que vieram a enfrentar o regime civil-militar. Enquanto os contrários ao regime eram rebeldes armados, foi relativamente fácil para o governo contra-atacar belicamente e sustentar essa posição perante a opinião pública. Os entrevistados possuem suas próprias avaliações sobre a época. Alcebiades entende que “Essa esquerda guerrilheira foi muito derrotada pelo regime militar.

Então essa esquerda que pegou em armas entrou em uma crise grande³⁸” Entretanto, quando as revoltas passaram a se disseminar novamente entre os trabalhadores, por diversos motivos que não exclusivamente a alternância de regime, o governo perdeu potencialidade para reação (SANTANA, 2007; FAUSTO, 2006). Mesmo assim, ainda que atingidos neste primeiro momento do golpe, os trabalhadores continuaram se organizando em novos movimentos.

O novo movimento sindical ganhou destaque principalmente durante e após o governo Geisel (1974-1979) e alterou de forma drástica as relações trabalhistas no Brasil (AMADEO e CAMARGO, 1991; SANTANA, 2007). O ambiente político que se formou no período pressionou e contribuiu acentuadamente para as pretensões do governo militar de redemocratizar o Brasil (SANTANA, 2007). A exclusão de fortes atores no contexto político-econômico nacional, especificamente a classe trabalhadora, impulsionou ainda mais a necessidade de repensar o processo de reabertura política. Reflexos da participação dessas forças no novo cenário que se formava são nítidos na Constituição de 1988 (AMADEO e CAMARGO, 1991; ALMEIDA, 2008), mesmo que do ponto de vista governista a alternância para um regime democrático tivesse que ocorrer de forma “lenta, gradual e segura” (FAUSTO, 2006).

O breve período denominado por parte da historiografia de “milagre econômico”, que se estendeu pelos anos de 1969 a 1974, ou seja, durante o governo Médici, combinou um considerável crescimento econômico, com a inflação sob controle, e uma expansão maior que 30% da indústria automobilística (FAUSTO, 2006). Entretanto, esse modelo econômico praticado pelo ministro da fazenda (1967-1973), Delfim Netto, inteiramente voltado para o mercado externo, entra em colapso com a crise do petróleo (FAUSTO, 2006). É quando o aumento da dívida externa e o decréscimo do valor da moeda nacional acentuam ainda mais a crise. Mesmo levando em conta o crescimento econômico dos anos anteriores, é nítido que apenas uma parcela pequena dos brasileiros foi beneficiada. Parte da população rural e mesmo grande porcentagem dos trabalhadores urbanos não obtiveram significativas melhorias econômicas. Ao contrário, por vezes, tiveram o poder de compra reduzido. Poucos eram os trabalhadores sindicalizados, e, no meio rural, a adesão aos sindicatos era praticamente nula. Além disso, grande parte dos sindicatos, até 1978, era subordinada ao Ministério do Trabalho, ou seja, ao governo (ALMEIDA, 2008).

Um conjunto de fatores, tais como, a inviabilidade da extinção de todos os sindicatos, a insatisfação trabalhista oprimida pela linha de negociação imposta pelo regime militar, o

³⁸ Entrevista de Alcebíades Teixeira.

desenvolvimento econômico acelerado em detrimento da distribuição de renda, somado ao abuso das autoridades policiais, refletiu diretamente no processo sindical nacional (ALMEIDA, 2008). Podemos refletir sobre os conceitos de regulamentação/apropriação e apropriação/violência usados por Santos (2010). No universo dos sindicatos, havia uma divisão abissal entre os sindicatos regulamentados pelo Ministério do Trabalho e as sociedades que passaram a surgir clandestinamente. Os tutelados pelo governo tinham suas ações limitadas e suas lideranças indicadas ou sofrendo ameaças (veladas ou não). Por sua vez, os “sindicatos” clandestinos eram combatidos de forma violenta, com a prisão de lideranças, fechamento de sedes e repressão nas manifestações (ALMEIDA, 2008; SANTOS, 2010).

Godofredo demonstra que começou a participar da formação da entidade quando tudo ainda era muito embrionário.

A participar do movimento de organização da SEP em 1976. A SEP é de 1977, mas o movimento de organização começou antes. Aliás eu tomei conhecimento que havia esse movimento através da minha esposa Maria Regina, que é professora de História, ela começou a participar de umas reuniões na PUC de um grupo de professores das áreas de ciências sociais na época [...] Começaram a discutir os problemas da área das ciências sociais, mas a discussão evoluiu porque eram todos de esquerda, como minha esposa é; começaram a discutir a questão de organizar uma entidade de defesa dos direitos dos professores³⁹.

Como sucessor de Médici assumiu Geisel que, em conjunto com o chefe de Gabinete Civil da Presidência, General Golbery, traçou rumos para a redemocratização brasileira. O interesse do novo governo em estabelecer estratégias de ação para o processo de redemocratização esteve vinculado, especialmente, ao enorme crescimento da oposição civil-trabalhista, entre os quais podemos citar segmentos da Igreja Católica, que combatiam, em particular, as práticas de torturas e denunciavam o assassinato de presos políticos, a exemplo dos casos emblemáticos das mortes do jornalista Vladimir Herzorg, em 1975, e do metalúrgico Manoel Fiel Filho, em 1976. Esse conjunto de acontecimentos levou o governo a anunciar publicamente sua postura contrária às práticas de tortura, embora a violência policial tenha continuado (FAUSTO, 2006).

Cabe aqui detalhar os difíceis momentos em que um dos entrevistados, o Godofredo, foi levado para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Apesar de se tratar de um momento de 1980, podemos analisar um dentre outros tantos exemplos da forma de atuação do regime militar.

³⁹ Entrevista de Godofredo Pinto.

Lula estava numa das reuniões no clube Gragoatá, quando então falei: Lula, eu te convido para você ir lá no clube Maxwell numa assembleia dos professores. [...] levei Lula; Lula fez um discurso. [...] então três ou quatro dias depois eu fui preso, ali perto do Bar Amarelinho, Rua Alcindo Guanabara, onde a gente tava usando a sede da União dos Professores do Estado do Rio de Janeiro (UPERJ). [...] Eu desci da sede com Hildésia, e chegamos na Rua, tinham quatro caras numa rua transversal. Quatro caras e um disse: o senhor é o professor Godofredo? Eu disse: Sou. Ele disse: o senhor nos segue até o DOPS. [...] Quando chego lá a história é a seguinte: o delegado disse que o movimento era político. Eu disse que não, é um movimento classista. Não tem política, não tem partido. Ele disse: não tem política? O senhor Lula é professor? Como que não é político? [...] Mas isso eu não podia dizer que não. Era fato público e notório, daí falei que era solidariedade classista. [...] Convenceu não convenceu, mas ficaram ligando para Brasília, porque começou a juntar professor na rua. Uma confusão, ligaram para Brasília e resolveram me soltar de noite. [...] quando estava atrás das grades, apareceu uma foto minha na Última Hora, na primeira página do Última Hora, eu preso e, em cima da foto, uma plaquinha assim: DOPS. [...] Ai mesmo que virei uma liderança ainda maior⁴⁰.

Ocorreram avanços e retrocessos na transição democrática, tais como a vitória do partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB), no pleito para prefeitos de 1977, e as medidas conhecidas como “pacote de abril” do ano seguinte, responsáveis pela perda da maioria do MDB no Senado. Entretanto, apenas em 1979 o AI-5 foi extinto e a liberdade no Senado foi reestabelecida (FAUSTO, 2006). O abrandamento do regime conquistado por grande parte desses grupos e pelo declínio econômico nutriu ainda mais os movimentos sindicais do período, que passaram a ser a vanguarda do Novo Sindicalismo (ALMEIDA, 2008). Nesse contexto, se extremou o rompimento abissal entre as antigas formas de organização e luta sindical e as novas práticas propostas por esse “novo sindicalismo”. Um sindicalismo voltado para as massas e desvinculado da negociação tutelada por um Ministério do Trabalho envolvido e subordinado ao regime militar (ALMEIDA, 2008; SANTOS, 2010). Apesar dessas inovações, algumas tradições da luta dos trabalhadores permaneceram, tal qual a organização em sindicatos, mesmo que com outras nomenclaturas de sociedade ou centro, uma vez que a sindicalização era controlada e legitimada pelo Ministério do Trabalho (RÊSES, 2008).

Concomitantemente a esse processo, destaca-se o retorno da inflação, em média de 37,9% (FAUSTO, 2006), o que levou o governo a desenvolver ações para controlar os preços e, ao mesmo tempo, conter as manifestações da oposição, como o custeamento de boa parte da produção das estatais. Tal manobra econômica foi possível com o recurso a empréstimos externos, cuja dívida e, principalmente, os juros se tornavam incontroláveis para a economia nacional. Mesmo com todo esse caos econômico, o governo só indexava os salários anualmente, o que aumentava o descontentamento da classe trabalhadora que assistia a

⁴⁰ Entrevista de Godofredo Pinto.

escalada mensal da subida dos preços. Criou-se assim um ciclo vicioso em que a escalada dos preços gerava a insatisfação do ativismo operário, que, por sua vez, gerava a indexação por parte do Estado, acarretando o aumento da inflação (AMADEO e CAMARGO, 1991).

Em relação ao movimento sindical, em um primeiro momento, o governo cassou lideranças e interveio diretamente nos sindicatos, mas sem extingui-los por completo, apesar de subordiná-los ao Estado, até o final da década de setenta (ALMEIDA, 2008). Estas mudanças ocorreram de forma mais acentuada a partir do período de 1975, na relação entre os assalariados e seus patrões, o que culminou com um processo de centralismo sindical independente da regulamentação do executivo. Podemos dizer que esse processo ainda se vê incompleto, em 2018, tendo em vista que, apesar da enorme adesão por parte dos trabalhadores e das Centrais Sindicais, as negociações salariais eram e ainda são descentralizadas (AMADEO e CAMARGO, 1991). O centralismo sindical, mesmo que incompleto, gerou e gera no Brasil uma série de novos fatores, dentre eles podemos destacar a maior força política e econômica do movimento que chegou a influenciar a balança econômica do país com greves e paralisações. Outra característica nacional é oriunda das negociações que ocorrem em separado, ou seja, por segmento, de modo que um aumento maior de uma categoria dos profissionais pode impactar negativamente o balanço final, pois a pressão sobre a inflação prejudica as demais categorias com menores aumentos salariais em detrimento dos de maior aumento (AMADEO e CAMARGO, 1991). Um processo causado e causador de toda uma conjuntura do período, que se intensificou principalmente com o fim da indexação anual, mas que elevou de forma inequívoca os trabalhadores a uma posição de destaque na redemocratização do Brasil (AMADEO e CAMARGO, 1991; SANTANA, 2007).

Por conta principalmente da defasagem salarial, surgiram também sindicatos de trabalhadores da classe média, ditos de “colarinho branco”, tais como: médicos, sanitaristas e os já tradicionais professores e bancários, que galgaram mais força e representação. Foi nesse contexto do governo ditatorial de Ernesto Geisel que, em 16 de julho 1977, professores da rede pública e privada do Rio de Janeiro fundaram a Sociedade Estadual dos Professores, com previsão de eleições para composição de uma diretoria em 1979 (RÊSES, 2008).

Alcebíades lembra que:

No Rio Grande do Sul Nasce o Centro de Professores, São Paulo é a Associação dos Professores do Estado de São Paulo, APOESP. Em Minas é a União dos Trabalhadores do Ensino, UTE. E dava uma referência pra gente, porque a gente gostava do “trabalhadores do ensino”. [...] E no Rio de Janeiro; [...] o Centro de

Professores, CEP, já tinha sido fruto de uma fusão de uma Sociedade Estadual de Professores⁴¹.

Godofredo recorda como o movimento nasceu com uma pauta combativa.

Nós estávamos em 1976 e 1977, no momento de criar a entidade. [...]. Começou a luta da SEP. Já na assembleia de fundação lá na Casa do Estudante Universitário (CEU), em Botafogo, a SEP mostrou a que veio. Estava programada uma assembleia de fundação tradicional, com apresentação da Diretoria Provisória, discurso de saudação, bolinhos de confraternização, alguns convidados até de São Paulo, quando, de repente, a Graça se inscreve, e lê um rol de reivindicações que nós, de Niterói, tínhamos elaborado. Era uma assembleia, portanto, deliberativa, e para surpresa de quase todos, tal pauta de luta foi aprovada sem maiores discussões⁴².

É importante ressaltar que a entidade nunca foi homogênea, como bem relata o Godofredo sobre suas divergências e aproximações com Hildésia.

Existiram divergências dentro do próprio movimento; houve uma primeira divergência minha com a Hildésia. [...] Eu comecei a defender o fim de da greve e a Hildésia queria continuar, junto com o pessoal do MOAP. Nessa ocasião eu fui apoiado pelo bloco. Na hora que defendi paralisar a greve, foi a primeira e única assembleia que perdi e fui vaiado. Ali, no colégio Santa Úrsula, a Hildésia saiu ovacionada porque defendeu a continuidade da greve. [...] Eu entendi que perdi, mas a conjuntura estava mudando. [...] Porque o pessoal começou a perceber que o movimento estava ficando sem saída. [...] A Hildésia saiu ovacionada, mas na quarta-feira aconteceu o contrário. [...] Hildésia nunca foi tão vaiada, nunca vi uma greve terminar tão alto astral. [...] O Ítalo promoveu a minha aproximação com a Hildésia e hoje me dou muito bem com ela. Gosto de pensar que temos cabeças diferentes ainda. Então, na segunda eleição, Hildésia virou minha vice-presidente e foi muito bom. Quando renunciei Hildésia assumi⁴³

No ano de 1978, eclodiram algumas greves, como a dos metalúrgicos de Santo André, São Bernardo e São Caetano (ABC), geradas em grande parte pela insatisfação do setor operário da metalurgia com o mascaramento da inflação dos anos anteriores. Os ajustes salariais ficaram abaixo da indexação anual com um prejuízo de 34,1% para o trabalhador (SANTANA, 2007). Essa paralisação por conta da defasagem salarial foi distinta das outras, porque os grevistas se recusaram a ter suas reivindicações tuteladas pela justiça do trabalho como era a prática do período, perdendo assim o dissídio que lhes cabia (SANTANA, 2007). Essa opção por uma disputa em meio aberto e sem a tutela do regime golpista visou ao apoio popular e da opinião pública (SANTANA, 2007).

Dessa vez, o limite da reposição salarial anual do governo seria extrapolado e os operários objetivavam um aumento efetivo do salário real. O movimento teve início entre os

⁴¹ Entrevista de Alcebíades Teixeira.

⁴² Entrevista de Godofredo Pinto.

⁴³ Entrevista de Godofredo Pinto.

trabalhadores da Mercedes-Benz, no fim de março, mas repercutiu em diversas outras empresas do ramo automobilístico. Apesar dos desfechos, nem sempre serem favoráveis aos trabalhadores, a exemplo da decisão do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), que se posicionou a favor do empresariado, ao decretar a ilegalidade das greves, o movimento grevista atingiu não apenas as indústrias metalúrgicas e automotivas, mas também outros setores, como veremos a seguir, causando impacto na macroeconomia e novamente inserindo os trabalhadores como força política no quadro nacional (AMADEO e CAMARGO, 1991; SANTANA, 2007). Além disso, principalmente por não aceitar a negociação tutelada pelo Estado, rompeu com a antiga forma de agir sindical criando o denominado Novo Sindicalismo (ALMEIDA, 2008), o que vai ficar mais explícito com a formação das Centrais Sindicais. Apesar do sistema político vigente ser uma ditadura, as ações de setores civis passaram a causar impacto na geopolítica e macroeconomia. Na visão de Masschlein (2014), a democracia está presente na ação dos cidadãos muito mais do que no sistema político vigente. E é sob essa ótica que podemos compreender o avanço dos movimentos sociais de diversos setores como práticas de uma cultura democrática que vai culminar nas diretas já.

Godofredo aponta que é nesse período que a SEP se uniu com outras duas entidades.

Houve uma deliberação para fundir a SEP com duas outras entidades, a UPERJ e a Associação dos Servidores Públicos do Rio de Janeiro (ASPERJ), criando-se assim o CEP. Tal fusão foi articulada, sobretudo, pelo Ricardo Coelho. E a sede do CEP passou a ser a sede da UPERJ⁴⁴.

Foi também nesse período que Daise começa a ter contato com a entidade.

Eu cheguei ao CEP em 1979, [...] no período da ditadura. A coisa era feita de forma muito velada. [...] Comecei meu trabalho no CEP preparando a greve de 1979. Me responsabilizei por três escolas, a minha e mais duas. E realmente consegui parar essas três escolas⁴⁵.

Com o fim do governo Geisel, assumiu o General João Batista Figueiredo (1979-1985), que tinha como objetivo manter e ampliar a política de redemocratização, principalmente por conta da situação insustentável na qual o regime se encontrava. Além disso, esse governo tinha como meta conter a crise econômica provinda dos governos anteriores. Para tal fim renomeou Delfim Netto para a pasta de agricultura e, ainda em 1979, o transferiu para o Ministério do Planejamento. Apesar de ter seu nome ainda ligado ao

⁴⁴ Entrevista de Godofredo Pinto.

⁴⁵ Entrevista de Daise Calazans.

“milagre” econômico, Delfim Netto assumiu o Ministério sob um contexto delicado e muito diverso do anterior.

A crise do petróleo somada à elevação dos preços (inflação) e a dificuldade em sanar o déficit gerado pela dívida externa e seus juros eram urgentes (FAUSTO, 2006). Em grande parte, por consequência desses fatores, a política monetária do país, no geral, pautada na negociação de empréstimos no exterior, estava saturada, e a economia já sobrecarregada de dívidas contraída nos períodos anteriores. Nos anos de 1981-1983, ocorreu um decréscimo no Produto Interno Bruto (PIB) e uma recessão no setor industrial. A inflação galopante do período – 110,2% em 1980, 95,2% em 1981 e 99,7% em 1982 – contribuiu ainda mais para o caos financeiro (FAUSTO, 2006). A inflação permaneceu voraz no período, saindo de 40,8% em 1978 para 223,8 em 1984. A mesma medida em que a dívida externa elevou-se de 42,5 bilhões de dólares para 91 bilhões de dólares (FAUSTO, 2006).

Alcebíades também faz uma reflexão sobre o cenário inflacionário da década de 1980.

Na década de 1980, na minha opinião, a burguesia brasileira tá muito paralisada. A burguesia brasileira na década de 1980, ela não consegue encontrar uma solução para estancar o galope inflacionário. Com uma inflação de cem por cento ao ano era muito fácil, mais do que fácil, era inevitável fazer greve todo ano. [...] A greve sempre arrancava alguma coisa, podia ser muito podia ser pouco. Era até difícil ter uma ideia da intensidade da vitória que você tinha arcado. Porque você podia arrancar na greve um reajuste de quarenta por cento, cinquenta por cento e aqui ser comido em dois meses. [...] A situação da inflação da economia brasileira da década de 1980 era um desestabilizador total⁴⁶.

No campo da reabertura política, Figueiredo manteve Golbery e acrescentou Petrônio Portella como vanguarda do projeto. Apenas em 1981, Golbery deixou o cargo por consequência do atentado do Centro de Convenções do Rio de Janeiro. Antes disso, em 1979 ocorreu à aprovação da Lei da Anistia pelo congresso. Também nesse ano, o congresso aprovou a reorganização partidária. Abrindo uma oportunidade única para as bases de movimentos sociais e sindicatos entrarem de vez na política nacional.

Godofredo destaca os encontros que antecederam a formação do Partido dos Trabalhadores.

Tem uma história: por que o Lula estava aqui? Porque eu tinha participado de uma reunião em São Paulo no início do ano, em abril. Éramos seis sindicalistas, do chamado novo sindicalismo ou sindicalismo autêntico. Estávamos eu, Lula, Olívio Dutra que era dos bancários do Rio Grande do Sul, Jacó Bittar que era dos petroleiros de Paulínia, Paulo Skormov que era trotskista do sindicato dos coureiros e que era o único de organização clandestina ali, o resto era tudo independente.

⁴⁶ Entrevista de Alcebíades Teixeira.

Olívio, Lula, Bittar e eu nunca tínhamos sido de partido nenhum. E o outro independente era o Wagner Benevides, metalúrgico de Minas Gerais. A discussão no início do ano era a seguinte: era discutir a criação de um partido, a discussão do PT⁴⁷.

A ascensão das greves se manteve nos anos de 1979 e de 1980 incorporando novas categorias, dentre as quais a dos professores do estado Rio de Janeiro. O movimento dos professores teve um ápice rumo ao sindicalismo; em maio de 1979 ocorreu a incorporação da SEP a outros dois grupos reivindicativos de docentes, que estruturam a base do novo movimento dos professores: a União dos Professores do Rio de Janeiro (UPRJ) e a Associação dos Professores do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Entre janeiro e agosto desse ano, ocorreram pelo menos 430 greves de professores por todo país (RÊSES, 2008). O contexto nacional econômico, político e sindical foi o pano de fundo para o nascimento e consolidação do Centro Estadual dos Professores do Rio de Janeiro (CEP-RJ), nome dado à nova entidade, em 24 de julho de 1979, após assembleia realizada na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), em 24 de julho de 1979, evento em que a fusão foi consumada (RÊSES, 2008).

Na greve de 1979, ocorreu forte pressão por parte de Chagas Freitas, o Governador do Estado àquela altura. Apesar da prisão de lideranças e do SEP/CEP-RJ ter sido colocado sob intervenção, do ponto de vista das conquistas trabalhistas, houve avanços relevantes para o movimento, em especial, o atendimento das reivindicações por melhorias salariais e a remuneração da carga horária extraclasse. O governador permitiu o registro do estatuto do CEP-RJ, mas abriu inquérito policial para punir os grevistas, tomando por base as leis federais vigentes, e suspendeu o pagamento dos que faltassem ao trabalho por mais de seis dias (RÊSES, 2008).

O Decreto nº 83.830 assinado pelo General Figueiredo, em 9 de agosto de 1979, suspendeu o funcionamento da Sociedade Estadual dos Professores do Rio de Janeiro, da Associação dos Professores do Rio de Janeiro e da União dos Professores do Rio de Janeiro, alegando que estas entidades promoviam atividades que contrariavam o disposto no artigo 162 da Constituição Federal e no Decreto-lei 1.632, de 4 de agosto de 1978. O mesmo Decreto fez com que o Ministério Público Federal promovesse ação de dissolução judicial de todas as entidades supracitadas. O CEP-RJ moveu ação judicial na tentativa de revogação do Decreto do presidente da República, mas o pedido foi negado pelo Supremo Tribunal Federal. Todo esse jogo político e jurídico acerca da legalização sindical do movimento dos

⁴⁷ Entrevista de Godofredo Pinto.

professores no estado do Rio de Janeiro serviu para o governo legitimar também suas ações repressivas sobre o CEP-RJ (SANTOS, 2010; RÊSES, 2008).

Os entrevistados lembram bem dessa greve, até porque ela foi um marco na história do movimento docente no Rio de Janeiro. Alcebíades reconhece que:

A primeira vanguarda do CEP, que organiza a associação em 1977 e que lidera uma greve importante em 1979. Daise relata que “comecei meu trabalho no CEP preparando a greve e 1979. Me responsabilizei por três escolas, a minha e mais duas. E realmente consegui parar essas três escolas, fizeram a greve integralmente paradas. [...] houve um verdadeiro susto por parte da sociedade porque nós paramos o estado e o município do Rio de Janeiro quase que integralmente. Foi uma greve de ganhos. Conseguimos um bom reajuste salarial que mais à frente nos foi surrupiado, mas conseguimos, e conseguimos também uma redução de carga horária com complementação para que houvesse aquele trabalho extraclasse comum ao professor. [...] Mas a greve acabou e eu dei uma afastadas como todo mundo. O período não ajudava [...]; o CEP inclusive esteve fechado⁴⁸.”

Godofredo conta que:

A diretoria provisória que dirigiu a famosa greve de 1979. Presidente era o Ricardo, mas no movimento, em função da minha atuação, a imprensa dizia que eu era o presidente. [...] saiu no Jornal do Brasil uma foto minha, enorme, na primeira página. [...] Porque houve uma assembleia em fevereiro de 1979, na Associação Brasileira de Imprensa, que lotou a ABI, que lotou a ABI em pleno período de férias, quando falei pela primeira vez na questão de uma greve. [...] Mas a greve começou em março, com uma assembleia aqui, no Sindicato dos Operários Navais de Niterói. [...] houve o movimento grevista, que teve duas etapas: a etapa de Março e a de Agosto. Acabou a greve em agosto, uma greve que foi vitoriosa. Porque mesmo não sendo atendida no momento, a reivindicação foi atendida em dezembro. Quadruplicou o salário da professora primária e triplicou o salário do professor do ensino médio. Não há, nem houve nenhuma conquista como essa, nem antes nem depois⁴⁹.”

O movimento trabalhista em um âmbito geral também galgou força, nessa época, criando em 1980 o Partido dos Trabalhadores (PT), não só a partir do abrandamento do regime, como também pela gradual conquista de direitos por parte dos movimentos sociais e sindicais. O PT foi formado “a partir do sindicalismo urbano e rural, de setores da Igreja e da classe média profissional” (FAUSTO, 2006, p. 208). O governo ditatorial de João Figueiredo já propunha abertamente a redemocratização brasileira e não possuía a mesma força que os governos anteriores para conter o avanço político dos trabalhadores e dos outros movimentos que apoiavam a redemocratização. Apesar de todo esse avanço trabalhista, o movimento não era homogêneo. Enquanto os sindicatos do ABC e outros tantos que participaram das jornadas de greve eram reconhecidos como “Autênticos”, outro grupo denominado *Unidade Sindical*

⁴⁸ Entrevista de Alcebíades Teixeira.

⁴⁹ Entrevista de Godofredo Pinto.

aglutinava os grupos sindicais tradicionais, dentre eles o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

Ao que parece,

O bloco combativo [...] defendia um combate direto ao regime a partir do centro sindical e da organização e demanda dos trabalhadores. [...] Enquanto a unidade sindical [...] visava evitar enfrentamentos diretos com o regime, conquistar o apoio amplo da sociedade, trabalhando firmemente no sentido de enfraquecer o regime militar. (SANTANA, 2007, p. 291).

Na década de 1980, essas diferenças se acirraram ao ponto de fragmentar ainda mais o movimento dos trabalhadores no Brasil. O que não alterou o período pelo qual o país atravessava que era muito propício para as reivindicações sindicais. Essas diferenças começaram a se acentuar ainda no final dos anos de 1970 com a primeira tentativa de formação de uma central sindical única e nacional. As duas vertentes do movimento sindical, a *Combativa* e a *Unidade Sindical*, divergiram na I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (I CONCLAT). Nessa CONCLAT foi eleita uma comissão pró-CUT e a diretoria de maioria da *Unidade Sindical* adiou a criação de uma central sindical para a II CONCLAT, que deveria ter sido organizada por essa comissão eleita em 1983 (SANTANA, 2007). A posição do bloco combativo foi ganhando destaque por se opor ao caminho do sindicalismo geral nacional, assumindo um discurso mais acessível às massas trabalhadoras e se colocando contra as reivindicações tuteladas. Além disso, propôs a formação de uma Central Sindical. Por romper com o antigo sindicalismo nacional, esse grupo passou a compor o que se definiu como um “novo sindicalismo” no país (ALMEIDA, 2008).

Enquanto a *Unidade Sindical* evitava a organização de uma nova CONCLAT por conta da possível perda da maioria que passava para o lado *Combativo*, o lado oposto propunha uma ampliação dos quadros visando exatamente essa maioria. Para isso, se juntou com a Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindical (ANAMPO) para fundar a CUT em um encontro em São Bernardo (SP) em 1983. Por consequência disso, ocorreu um rompimento no seio do movimento dos trabalhadores entre os dois principais blocos. A *Unidade Sindical* organizou outro encontro em novembro de 1983 e fundou a Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora em Praia Grande (SP), que em 1986 se tornou Central Geral dos Trabalhadores (CGT), em 1988 se transformou em Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e em 1991, por fim, vem a se denominar Força Sindical (SANTANA, 2007).

A CGT possuía certa diversidade ideológica interna, de forma que parte dos integrantes mais radicais do movimento passaram gradativamente para o lado CUTista, enquanto a CUT buscava manter a coesão, mesmo que nem sempre fosse possível (SANTANA, 2007). A própria situação nacional e as posições tomadas por cada lado nutriram o discurso CUTista. No III CONCLAT que se deu em Belo Horizonte, no ano de 1988, ocorreu um processo de institucionalização da luta ao qual a CUT buscou se adequar. Entretanto, o quadro interno do movimento sindical brasileiro estava claramente rachado em dois blocos, mas que internamente eram também fragmentados e livres para agir. Em suma, ao mesmo tempo em que os sindicatos estavam se centralizando em duas Centrais Sindicais, eles detinham autonomia para articular sua luta reivindicativa e organizar suas próprias greves (AMADEO e CAMARGO, 1991). No âmbito geral, o movimento sindical ganhava terreno. A CUT continuou disseminando e estimulando greves, inclusive algumas de caráter nacional. Em sua maioria, as greves reivindicavam salários melhores por conta da inflação e, em alguns casos, alternâncias nas relações e práticas no local de trabalho. Houve momentos em que a CUT e a CGT agiram juntas, tal qual a greve geral organizada em dezembro de 1986 (SANTANA, 2007).

Para Alcebíades:

A primeira vanguarda do CEP, que organiza a associação em 1977 e que lidera uma greve importante em 1979, ainda é um setor político que não nos representava muito porque é um setor pré-CUT. Lideranças como: Godofredo Pinto, que Daise conheceu bem, depois Hildésia Medeiros. [...] Eu tô falando isso porque a nossa geração que foi mais CUTista⁵⁰.

Sem dúvidas foi o grupo do Alcebíades que propôs e levou o CEP a filiação na CUT, mas os outros entrevistados também possuíam relação com a central sindical. Daise lembra que:

Aprendi com o companheiro Lula numa das vezes que estive na CUT, assisti muitos congressos na CUT, e ele sempre dizia: numa greve é necessário ter coragem, porque o trabalhador quando entra em greve ele está perdendo. Quando ele entra em greve já está perdendo, se ele vai ganhar ou não, é a força da greve que vai dar o tom⁵¹.

Godofredo também se envolveu com a CUT:

⁵⁰ Entrevista de Alcebíades Teixeira.

⁵¹ Entrevista Daise Calazans.

Eu fiz parte da direção do movimento pró PT. Eu fui fundador do PT, depois saí, mas já vira uma história partidária. Mas eu era da Comissão Nacional Provisória do movimento pró PT. E nós, e a CUT depois, defendíamos a implosão, o fim da unicidade sindical, fim do imposto sindical, fim da CLT. [...] E hoje o PT e a CUT defendendo a CLT, o Lula elogiando o Getúlio, mas isso é outra história⁵².

Voltando para o ABC, origem do emergente movimento sindical brasileiro, importantes mobilizações ocorreram em abril e maio de 1980. Os trabalhadores reivindicavam melhores salários, garantia empregatícia, delegação sindical, redução da jornada de trabalho, além do controle de algumas chefias por trabalhadores. Recebendo apenas parte do aumento salarial como conquista, os trabalhadores pararam novamente. O TRT interveio com uma proposta alternativa, e enquanto os trabalhadores de Santo André e de São Caetano aceitaram a contraposta, 90% da categoria em São Bernardo manteve a greve. Quando, após alguns dias de paralisação, a empresa Termodinâmica cedeu e aceitou a negociação com os trabalhadores, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) tornou a mediar e declarar a greve ilegal. Medidas repressivas foram tomadas por parte do governo e do patronato. Enquanto o governo interveio militarmente nos sindicatos de Santo André e São Bernardo prendendo lideranças, os empregadores voltaram a persuadir e reprimir os trabalhadores (SANTANA, 2007).

As reuniões desses sindicatos se tornaram clandestinas, geralmente organizadas em igrejas e o confronto entre operariado e a polícia passou a ser frequente. O fim da greve e a soltura das lideranças pouco depois, dentre elas Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), não abrandaram o crescimento do movimento grevista que veio a se expandir pelo Brasil (SANTANA, 2007). Diversos setores produtivos e categorias profissionais também aderiram às greves: 50 mil eletricitários, 400 mil servidores públicos, 60 mil petroleiros, professores e tantos outros. Cerca de um milhão de trabalhadores pararam de trabalhar em diversas cidades do país (SANTANA, 2007).

O final do governo Figueiredo e a crescente força civil-sindical que combatia o regime abriram espaço para a campanha das “Diretas já”. Depois de um grande comício em São Paulo reunindo 200 mil pessoas, em 1984, a campanha ganhou o apoio de vários partidos em diversos Estados (FAUSTO, 2006). Entretanto, o Congresso Nacional vetou a ementa constitucional que permitiria tal manobra e a eleição para a presidência da república foi indireta. O vencedor foi Tancredo Neves que veio a falecer antes da posse. Negociações políticas fizeram com que o Vice-Presidente eleito, José Sarney, assume a Presidência da República, em 1985. A transição democrática que não ocorreu de forma direta, também estava atrasada no campo constitucional. Apenas em “maio de 1985 a legislação estabeleceu eleições

⁵² Entrevista Godofredo Pinto.

diretas para Presidente da República e aprovou o direito de voto dos analfabetos, assim como a legalização de todos os partidos políticos” (FAUSTO, 2006, p. 286). Também ficou decidido que, no ano seguinte, uma nova constituição seria elaborada e que só veio a ser terminada de fato em 1988. Sucessivos esforços governamentais tentavam estabilizar a economia, mas a inflação continuou voraz, chegando a 223,8% em 1984 e 235,5% em 1985 (FAUSTO, 2006).

O declínio da estabilidade governamental e o processo inflacionário crescente e fora de controle que corroía o poder de compra dos trabalhadores alimentavam o poder dos sindicatos e principalmente das centrais sindicais, que por sua vez rompiam com as antigas tendências do sindicalismo brasileiro fundamentando uma nova forma de fazer a luta sindical. O “Plano Cruzado” foi lançado em 1986 com o intuito de conter a inflação. O cruzeiro se tornou cruzado e perdeu três zeros (1.000 cruzeiros = 1 cruzado). O salário perdeu a indexação e os preços e taxas foram congeladas (fixados). Ocorreu também um reajuste do salário mínimo por conta da deterioração do valor real. Passado um primeiro momento de abundância em que o consumo foi largamente expandido, não houve mais meios para manter a política artificial e voluntarista de congelamento de preços. O desequilíbrio entre as exportações e as importações ocorrido por conta da artificialidade da moeda nacional também pesou negativamente na balança comercial do Brasil (FAUSTO, 2006). O Plano Cruzado entrou em colapso e a inflação retornou levando o Brasil a pedir moratória ao FMI.

Para Alcebíades a crise econômica proporcionou um maior crescimento e na difusão dos ideais CUTistas, possibilitando suas respectivas bases nos movimentos um maior destaque.

A década de 1980. Eu te falei do galope inflacionário né?. De 1982 a 1985-1986 a CUT crescia, mas os partidos reformistas, principalmente os dois PCs, ainda conseguiam segurar alguma coisa. Agora, quando o plano Cruzado perdeu a popularidade. Você vê assim: 1987, 1988, 1989 a CUT varreu, varreu. A CUT ganhou tudo que era eleição de sindicato importante nesse país. Com exceção dos metalúrgicos da cidade de São Paulo. Que é o sindicato do Paulinho da Força Sindical. Em 1984 nos metalúrgicos de Belo Horizonte a CUT ganha, Um ano depois é aqui no Rio, o sindicato dos bancários, a CUT ganha. No Rio Grande do Sul já eram da CUT⁵³.

Os dois anos seguintes (1987-88) no cenário político são envolvidos pela constituinte, que buscou pôr fim ao que se iniciou com Geisel e redemocratizar a nação. E foi nítido que o poderio galgado pela corrente sindicalista influenciou drasticamente os rumos da redemocratização. Exemplo disso se dá na liberdade do associativo sindical para profissionais

⁵³ Entrevista Alcebíades Teixeira.

do sistema público (RÊSES, 2008). Um ano antes, em 1986, o CEP-RJ aderiu a CUT em uma votação acirrada.

Sobre a filiação do CEP a CUT, Godofredo recorda que:

Houve um Congresso do CEP, por exemplo, em que estavam querendo discutir o negócio de filiar o CEP a CUT e, já sob muita influência do Partidão, eu defendia a unidade do movimento sindical no geral. Tinha ocorrido a CONCLAT e eu era defensor de uma central unificada. Tem a CUT, o pessoal do Partidão e do Joaquinção na época e que ia rachar, mas estava todo mundo na CONCLAT. Então eu era contra a filiação do CEP a qualquer central sindical até fazer a unificação nacional. Ai sim, seria a favor de filiar o CEP a uma central unificada⁵⁴.

Daise entende que:

1987 começou a se formar uma oposição. Uma oposição mais forte integrada na grande maioria pelo PT e PDT. [...] Um PT rachado porque havia PT na diretoria e na oposição. [...] Essa oposição a diretoria num congresso, acho que em 1987 mesmo, num auditório não muito grande, as discussões trazidas por essa nova oposição passaram a ser entorno da filiação do CEP a CUT. [...] Eu lembro que nessa época dentro de um auditório sem nenhuma discussão com a categoria sobre o assunto nós filiamos o CEP a CUT. E eu votei nisso. [...] O CEP acabou por perder um bom número de filiados por conta disso. No ano seguinte essa oposição já era mais forte⁵⁵.

Para Alcebíades

Eu tô falando isso porque a nossa geração foi mais CUTista. A gente chega meio que atropelando a direção antiga. [...] Em 1986 a direção do sindicato ainda é do pessoal antigo da Hildésia, PCB, tinham alguns do MR8 e tal. Em 1987, um congresso soberano, reunia a vanguarda, aprova, para a irritação da direção anterior; aprova a filiação do sindicato a CUT⁵⁶.

No ano seguinte, em outra votação acirrada, o CEP-RJ se tornou Centro Estadual dos Profissionais da Educação, ampliando o quadro de associados para os demais servidores da educação: secretárias, serventes, merendeiras etc (RÊSES, 2008). Na ótica da CUT, os sindicatos deveriam se organizar por ramo, mesmo que não fosse uma obrigação, uma vez que os sindicatos tinham e têm total autonomia para suas decisões. No caso dos docentes do estado do Rio de Janeiro essa decisão culminou com a saída em massa de praticamente toda antiga diretoria e toda uma nova proposta para o CEPE-RJ. Em dezembro do mesmo ano e com a extensão do direito de sindicato aos funcionários públicos, o CEPE se tornou Sindicato

⁵⁴ Entrevista de Godofredo Pinto.

⁵⁵ Entrevista de Daise Calazans.

⁵⁶ Entrevista de Alcebíades Teixeira.

Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (SEPE-RJ), passando a ter no nome a função que já vinha exercendo há alguns anos.

Primeiro, é válida a análise da influência da CUT no processo da unificação pela ótica das entrevistas. Godofredo explica como era a diretriz da central sindical.

Essa discussão da unicidade sindical, como eu disse, lá trás, nos anos de 1970, no movimento pró PT, pró CUT, enfim, no novo sindicalismo, a proposta era diferente do que acontece hoje, onde se tem sindicato para cada categoria. [...] A proposta alternativa era por sindicato e por local de trabalho, não era por categoria; e por federação. Por exemplo a federação dos sindicatos das empresas automobilísticas, então a federação reunia sindicatos da Volkswagen, da Mercedes, da Fiat, e por aí vai. Essa era a concepção de unidade, não era por categoria de diversos pelo trabalho, era por local de trabalho⁵⁷.

Por sua vez Alcebíades relembra das elaborações da CUT nos anos da década de 1980.

Se elaborou coisas interessantes para que o sindicalismo CUTista fosse além da tradição da CLT. Infelizmente acabou parando no caminho. Não só no sentido de se livrar do imposto sindical. [...] Mas no sentido que de que a CUT chama de uma nova estrutura sindical brasileira. A gente chamava de sindicato por ramo. [...] Se falava muito nesse exemplo clássico de que dentro de um navio da marinha mercante do Brasil se tem oito sindicatos. Então a CUT falava assim: sindicato por ramo⁵⁸.

Segundo, também é importante uma análise do próprio movimento de unificação pela ótica dos entrevistados. Nas palavra de Godofredo:

Houve um congresso no CEP que definiu pela unificação com o pessoal de apoio. [...] A Hildésia não tinha toda essa ascendência que a gente tinha no tempo da gente lá. [...] Tem o congresso da unificação com o pessoal de apoio, a diretoria perdeu e renunciou. Eu fiquei muito irritado; renunciar porque perdeu no congresso? Era entregar para oposição. Porque na primeira eleição não teve outra chapa, mas nas duas outras, teve a Florinda que vinha disputar comigo; tinha dezoito por cento dos votos, eu tinha oitenta e dois; na outra eleição, ela tinha vinte e eu oitenta por cento, era coisa assim. [...] O que significou a renúncia: entregar para uma oposição minoritária junto à categoria a direção do movimento⁵⁹.

Na ótica de Alcebíades:

1987 tem um novo congresso. [...] A oposição CUTista, eu já fazia parte, banca uma proposta considerada radical, que era a abertura dos quadros. Abertura do estatuto. [...] A direção do sindicato, ela tinha sido reeleita em 1986, a presidenta era Hildésia. Tava se sentindo muito impotente, porque imagina você ser a direção eleita de um sindicato, mas quando acontece a assembleia e o congresso você perde as

⁵⁷ Entrevista de Godofredo Pinto.

⁵⁸ Entrevista de Alcebíades Teixeira.

⁵⁹ Entrevista de Godofredo Pinto.

votações. Isso já tinha acontecido com a filiação a CUT. [...] Eles fazem uma jogada, um golpe político. [...] Eles reconhecem a deliberação, mas soltam uma nota dizendo que aquela deliberação é um erro grosseiro. Que ameaça o Centro de Professores. E aí eles renunciaram, entregam o mandato. Eu acho que na avaliação de que ao entregar o mandato eles eletrizariam a base social⁶⁰.

Daise descreve que:

Numa nova reunião, num novo congresso, houve por uma diferença de quatro ou cinco votos o CEP transformou-se em CEPE. O racha foi bastante grande dessa vez e eu votei contra. Não havia tido nenhuma discussão com a categoria e mais uma vez nós perdemos um grande número de filiados que se a discussão tivesse ocorrido de forma preparatória em todo o estado com certeza isso talvez tivesse passado por uma diferença não tão pequena de votos. Nesse momento a diretoria entregou o cargo para oposição, que formou uma nova diretoria. [...] a direção antiga saiu como um todo, não ficando um. [...] A nova direção me procurou me perguntando se eu toparia continuar porque estaria sendo considerada diretora entre eles. [...] Eu já era uma grande liderança e a minha presença daria uma certa continuidade para essa nova direção⁶¹.

O fato é que os anos 80 foram tempos de ebulição e ascensão para os movimentos grevistas, principalmente para a vertente do Novo Sindicalismo. Mais de 6.500 greves foram registradas ao longo dessa década (SANTANA, 2007). A CUT, central na qual estão filiados os sindicatos de professores do estado do Rio de Janeiro, passou a influenciar as decisões dos sindicatos. Tornou-se ainda a porta voz do “sindicalismo autêntico” ou “novo sindicalismo” (RÊSES, 2008). A central sindical também incentivou a união das categorias dos docentes e dos profissionais da educação em um mesmo sindicato. O Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro veio a incorporar aos seus quadros os demais servidores da educação, foco principal deste trabalho. Seria aligeirado atribuímos a unificação das diversas categorias num mesmo sindicato a um movimento indutor da CUT, uma vez que há várias outras causas políticas ocorridas no cerne do movimento e que concorreram para este desfecho. Alcebíades resume o que ocorre depois da diretoria assumir e nos anos seguintes.

A gente chega meio que atropelando a direção antiga. A categoria radicaliza muito. [...] Então em 1986 a antiga vanguarda se reelege [...]. Conquista a reeleição mas em alguns meses tá em crise. Em 1986 aconteceu isso com a diretoria da Hildésia. No final de 1987 a vanguarda CUTista assume o sindicato. Enquanto gerência provisória em 1988 a gente tasca um greve muito louca contra o Moreira Franco. Uma greve que galvanizou a Cidade. Que teve a tal da passeata das boba e tal. No final da greve tem a eleição onde a primeira direção CUTista é eleita mesmo, sufragada. Com essa direção, Florinda Lombardi é presidenta. [...] Eu era o vice. [...]. Bom isso em 1988, em 1990 a gente repetiu. Mandato de dois anos. [...] Em 1992 a eleição já não tem presidente. A gente havia aprovado no congresso uma

⁶⁰ Entrevista de Alcebíades Teixeira.

⁶¹ Entrevista de Daise Calazans.

reforma estatutária que substituía a figura do presidente e do vice por uma coordenação geral de cinco membros⁶².

É interessante assinalar que esse movimento não pode ser entendido como homogêneo. Assim como em qualquer processo histórico, os atores sociais nem sempre se encaixam num quadro geral de análise, porque há especificidades dos movimentos que não se deixam explicar de forma integral sem que nos debruçemos sobre as suas particularidades e características únicas e contundentes.

⁶² Entrevista de Alcebíades Teixeira.

REFLEXÕES FINAIS: DO MACRO AO MICRO, POR ENTRE RUPTURAS E PERMANÊNCIAS

Essa pesquisa possibilita uma série de importantes reflexões acerca do movimento docente do Rio de Janeiro. Para os fins das propostas desta dissertação, é interessante, em um primeiro momento, a análise das rupturas e permanências da entidade com a unificação das categorias. Resta então um segundo momento em que a proposta é refletir sobre a unificação sindical, partindo de uma ótica de maior amplitude, acontecimentos de âmbito nacional e estadual, até chegar nas especificidades do movimento. Tais estudos já vêm sendo feitos no decorrer desse trabalho, mas cabe aqui uma conclusão acerca de todo esse processo e de suas possibilidades.

Em relação às permanências, não podemos deixar de destacar o repertório de ação usado pelo sindicato. No geral as organizações de trabalhadores possuem semelhantes formas de negociação com seus empregadores. As assembleias, greves, piquetes etc, continuaram como as principais armas de luta do CEPE. Mesmo que as individualidades de cada manifestação mereçam sempre um destaque especial. Tais como os exemplos de Daise e Godofredo citados nos capítulos anteriores. Nesses casos, alguns indivíduos, ou mesmo um grupo, inova na ação de negociação com o empregador. Dessa forma o empregador, no caso do CEPE o estado do Rio de Janeiro, é surpreendido e, por vezes, obrigado a ceder às reivindicações do movimento.

A arrecadação financeira do CEPE, assim como era quando era CEP, permaneceu sem nenhum vínculo com o imposto sindical obrigatório. Óbvio que o sistema de boletos entregues pessoalmente nas escolas ficou obsoleto, o crescimento do sindicato e a era digital contribuíram muito nesse processo. Até hoje apenas os filiados são financiadores, com um por cento de seus ordenados, à entidade. O imposto sindical obrigatório pago pelos professores era e continua sendo destinado para UPPEs.

A sonoridade da sigla continua sendo a mesma desde os tempos da SEP, que passou por CEP, unificou-se com as demais categorias se transformando em CEPE e hoje, depois de 1988 e da livre sindicalização de servidores públicos, é SEPE. Sem dúvidas uma das preocupações da diretoria ligada a Alcebíades foi de permanecer com a mesma sonoridade na sigla, para não levar a categoria a pensar no fim da entidade. A manutenção de Daise entre a diretoria também caminha nesse sentido de diálogo com a base docente que não havia estado nas assembleias ou que se posicionavam contra a unificação.

Outra permanência foi a representatividade da entidade com os servidores de apoio, a classe docente, a sociedade e até o poder público. O CEP promoveu greves, ganhou adesão de docentes e esteve presente nas negociações com o estado em prol de seus filiados e da educação pública. A entidade manteve essa tradição e acumulou novos filiados, inclusive os próprios servidores de apoio em 1987.

O processo de inserção dos demais servidores da educação no movimento docente promoveram algumas rupturas. Algumas ocorreram no mesmo ano da unificação das categorias, como a abdicação da diretoria e a ascensão de uma nova diretoria provisória. Outras já vinham se alternando desde antes, por exemplo o próprio ingresso do CEP na CUT. Ainda tiveram algumas transformações que ocorreram depois de algum tempo sob a tutela da nova direção do movimento, tais quais o final do cargo presidencial e a divisão proporcional da diretoria.

A mais nítida das mudanças foi a própria troca da diretoria, o antigo grupo ligado a Godofredo abdicou como forma de protesto, ou mesmo artifice político, visando uma possível mobilização da base. Mas as expectativas não se consumaram e esse processo permitiu a oposição ligada a Alcebíades assumir como diretoria provisória em 1987 que liderou uma importante greve em 1988 e acabou sendo eleita no mesmo ano para presidir a entidade.

Os novos filiados também abriram novas possibilidades para o CEPE. Primeiro porque eram de categorias distintas da docente e com isso tinham algumas reivindicações, ambições e perspectivas diferentes. Em segundo porque esse processo aumentou e diversificou a base eleitoral da entidade, em que a chapa ligada a Alcebíades ganhou novos possíveis eleitores. Mesmo que os docentes tenham permanecido em maioria dentro do movimento.

Por fim temos uma grande ruptura no que tange a identidade da entidade. O movimento que antes era ligado basicamente aos docentes passa a abranger outras categorias. Como já exemplificado nesta dissertação, esse processo alterou as bases do movimento e com isso a identidade do CEPE. Sem dúvida essa decisão aproximou os docentes dos demais servidores de apoio, assim como expandiu a compreensão destes servidores como educadores. Não no estrito sentido de torná-los docentes, mas sim na compreensão de que qualquer atuação dentro de um ambiente escolar envolve, em alguma medida, a educação das crianças, jovens e até adultos.

Em relação ao processo que culminou na unificação sindical podemos analisar sob duas perspectivas que se somam. Primeiro uma perspectiva mais ampla, na qual já exista uma produção científica nacional nos nomes de Vicentini e Lugli (2011), Dal Rosso (2011) e mais especificamente Rêses (2008). Essa corrente articula o movimento de unificação sindical com

a proletarização docente ocorrida no século XX, inclusive parte dos estudos de Rêses são sobre o movimento docente carioca.

A gradual redução do poder de compra do salário dos docentes somados à formação de cada vez mais profissionais, e com isso de uma força de trabalho reserva, sem dúvidas aproximaram essa classe dos demais assalariados. Um período de grande inflação anual e que os aumentos concedidos pelo index não correspondiam ao decréscimo do valor da moeda. Com os profissionais do Rio de Janeiro não foi diferente e esse processo de proletarização foi um dos motivadores da aceitação dos funcionários de apoio no mesmo sindicato.

A conjuntura política nacional foi outro fator decisivo na unificação das categorias. Nesse período os sindicatos e suas centrais galgaram o posto de importantes atores sociais no contexto da redemocratização. Se articularam em partidos políticos e passaram a competir na política nacional. A perspectiva de uma abertura política total e de uma nova constituinte também convergiram para o endossamento dessas bases que se formavam. Tanto que todos os entrevistados tiveram, para além de suas carreiras docentes e sindicais, filiação a partidos políticos.

Os partidos políticos e centrais sindicais que se formaram no período exerciam influência nas demais entidades, e, sem dúvidas, também foram decisivas no movimento de unificação de categorias por ramo. A organização dos trabalhadores em torno das centrais sindicais levaram a uma influência mútua entre as entidades filiadas e suas centrais. No caso do CEPE, as diretrizes da CUT que apontavam para a formação de sindicatos por ramo afetaram em grande medida o andamento do movimento.

Sem nenhuma dúvida todo esse processo histórico foi decisivo na abertura de possibilidades para os destinos do CEP e para sua transmutação em CEPE. Assim como tantas outras possibilidades se fecharam, por exemplo quando impossibilitaram a SEP de ser um autêntico sindicato, levando a entidade para a clandestinidade. Mas não podemos deixar de considerar que a entidade é mais do que apenas uma consequência desse processo que a envolve. O movimento docente do Rio de Janeiro é diariamente construído pelos indivíduos que o compõem e que o transformam com suas escolhas e ações. Mesmo que esses indivíduos também estejam envolvidos por todo o processo histórico, a unificação das categorias em um mesmo sindicato foi papel e escolha deles, dos indivíduos filiados e atuantes na entidade.

O SEPE nunca foi um movimento homogêneo, nem mesmo na época da SEP quando aglomerava muito menos filiados. Em suma, o SEPE sempre conviveu com acirradas disputas políticas no interior do movimento. Por exemplo, Hildésia já foi opositora de Godofredo, mesmo que mais tarde tenham se tornado aliados em uma série de questões. Então qualquer

análise que parta do pressuposto de uma homogeneidade do grupo que era contra a unificação sindical é, um pouco, precipitada; o mesmo vale para o grupo político que era a favor.

Quando os professores estaduais se viram sem representatividade de classe pela via tradicional da UPPEES surgiu a necessidade de uma nova via de diálogo. Essa necessidade gerou uma gama de possibilidades, das quais umas foram levadas adiante e outras não. Uma das possibilidades que se efetivou foi a criação de uma sociedade: a SEP. Em alguns momentos a necessidade cria condições nas quais se aumentam ou restringem as possibilidades. A necessidade de se formar uma entidade representativa nos períodos ditatoriais parece nítida se analisarmos o contexto socioeconômico. Mas foram indivíduos como Godofredo que levaram à frente essa possibilidade fundando a SEP.

Por outro lado não foi a necessidade de se unir aos demais trabalhadores da educação que possibilitou a formação do CEPE. É nítido que o período de redemocratização com a volta de partidos políticos, a formação de centrais sindicais, a ideologia dos professores do estado do Rio de Janeiro etc aumentou as possibilidades de unificar em um mesmo sindicato os docentes e as demais categorias de educação em um mesmo sindicato no estado do Rio de Janeiro. Essa possibilidade ganhou mais força com a filiação do CEP a CUT e se consumou com a aceitação dos servidores de apoio na mesma entidade.

Por fim temos que as: as diretrizes da CUT, o contexto de redemocratização, a proletarização do trabalho docente, a crescente compreensão do serviço de apoio como parte, mesmo que em menor escala, do sistema de educação etc, abriram novas possibilidades para as organizações sindicais docentes pelo Brasil. Mas não necessariamente essas possibilidades se consumaram, no caso mineiro, a União dos Trabalhadores da Educação é um caso em que ocorreu a unificação. Em São Paulo não observamos o mesmo processo. Então, sem dúvidas, quem tomou as rédeas do processo foram os próprios filiados da entidade por meio de votação em assembleias. Foi a ação dos indivíduos dentro da entidade que, influenciada por todo o contexto, determinou a entrada dos servidores de apoio no CEP. No caso dos docentes cariocas, foram os filiados que, puxados pelo grupo político de Alcebíades, votaram pela abertura do quadros.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria. O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança. In: SORJ, B.; ALMEIDA, M.H.T. (Org.). **Sociedade política no Brasil pós-61** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 279-312. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/b4km4/pdf/sorj-9788599662632-08.pdf>>. Acesso em 14 abr. 2018.
- ALONSO, Angela. **As teorias dos Movimentos Sociais**. [online] In: Lua Nova. São Paulo, N° 76, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a03.pdf>>. Acesso em 19 jul. 2018.
- AMADEO, Edward; CAMARGO, José. Desafios da centralização sindical: uma agenda para os anos 90. **Revista de Economia Política**, vol. 11, n° 1 (41), jan-mar, 1991.
- ASFORA, Paulo Henrique e PONTES, Antonio Rossano Mendes. **Os pequenos mamíferos da altamente impactada Floresta Atlântica do Nordeste do Brasil, Centro de Endemismo Pernambuco**. *Biota Neotrop*. [online]. 2009, vol. 9, n.1. ISSN 1806-129X. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1676-06032009000100004>>. Acesso em: 16 abr. 2018.
- CALAZANS, Daise. Entrevista concedida a Pero Forain. Rio de Janeiro, 18 abr. 2017.
- CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. Vol. 2, São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CAPES, Catálogo de Teses e Dissertações. Disponível em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/> Acesso em 20 de Abril de 2018.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. Como elaborar um projeto de pesquisa. Universidade Federal Fluminense – Curso de Mestrado em História. Mimeo, 1998 s/d. Disponível em: <<http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=article%5Edlibrary&index=KW&fmt=iso.pft&lang=p>>. Acesso em: 19 abr. 2018.
- DAL ROSSO, Sadi. Elementos para a teoria do sindicalismo no setor da educação. In: **Associativismo e sindicalismo em educação**, vol. 1, Brasília: Paralelo 15, 2011.
- DELGADO, Lucília. História Oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **Revista de História Oral**, 25 páginas, vol. 3, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=article%5Edlibrary&index=KW&fmt=iso.pft&lang=p>>. Acesso em: 23 nov. 2018.
- HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991**. Companhia Das Letras . São Paulo, 1995.
- FAUSTO, Boris. **O Regime Militar e a transição para a democracia**. História Concisa do Brasil, 2 ed, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

GALVÃO, M.C.B. O levantamento bibliográfico e a pesquisa científica. In: Laércio Joel Franco, Afonso Dinis Costa Passos. (Org.). Fundamentos de epidemiologia. 2 ed. A. 398 ed. São Paulo: Manole, 2010, vol. 1, p.-377. Disponível em: <<http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=article%5Edlibrary&index=KW&fmt=iso.pft&lang=p>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

LOVISOLO, Hugo. **A Tradição Desafortunada**: Anísio Teixeira, velhos textos ideias atuais. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1989.

MARTINS, Thais da Silva Alves. **A Docência em suas Dimensões Profissionais, Políticas e Culturais: Um Estudo Sobre a Escola do Professor do SINPRO-RJ (2000-2010)**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação), o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=article%5Edlibrary&index=KW&fmt=iso.pft&lang=p>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASSCHILEIN, Jan. O ódio à educação pública: a escola como marco de democracia. In: **Pedagogia, a democracia, a escola**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

MELLUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais?**. In: Lua Nova. São Paulo, N° 17, 1989.

MIRANDA, Kênia. **A Organização dos Trabalhadores em Educação Sob a Forma - Sindicato no Capitalismo Neoliberal: O Pensamento Pedagógico e o Projeto Sindical do SINPRO-RIO, UPPEE E O SEPE**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação), Departamento de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=article%5Edlibrary&index=KW&fmt=iso.pft&lang=p>> Acesso em: 20 abr. 2018.

MORA, Eliane Arenas. **O caminho da subsunção da política nacional de formação da CUT às diretrizes de sociabilidade neoliberais**. Tese de doutorado (Doutorado em Educação), Departamento de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=article%5Edlibrary&index=KW&fmt=iso.pft&lang=p>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

NÓVOA, António. O passado e o presente dos professores. In: NÓVOA, António. **Profissão Professor**. Porto: Porto Editora, 1995. RÊSES, Erlando. **De vocação para profissão**: organização sindical docente e identidade social do professo. Tese de Doutorado (Doutorado em Sociologia), Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB). Brasília, abril de 2008. 195p.

PINTO, Godofredo. Entrevista concedida a Pedro Forain. Niterói, 12 mar. 2018.

SANTANA, Marco. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. **Brasil Republicano**, vol. 4, O tempo da Ditadura, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SANTOS, Boaventura. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SCIELO, Coleção da Biblioteca. Disponível em: <<http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=article%5Edlibrary&index=KW&fmt=iso.pft&lang=p>>. Acesso em: 21 abr. 2018.

SILVA, Andréa Cristina Duarte de Souza. **Caminhos do Sindicalismo: Trajetória de Vida de Professores do SEPE/Baixada Fluminense**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação), o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=article%5Edlibrary&index=KW&fmt=iso.pft&lang=p>> Acesso em 20 abr. 2018.

SILVA, Tomaz da. A produção social da identidade e da diferença. In: **Identidade e diferença**, 2 ed., Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

TEIXEIRA, Alcebíades. Entrevista concedida a Pedro Forain. Rio de Janeiro, 12 mai. 2017.

VICENTINE, Paula; LUGLI Rosário. **História da profissão docente no Brasil: representações em disputa**. São Paulo: Cortez, 2009.

VICENTINE, Paula; LUGLI Rosário. Associativismo docente no Brasil: Configurações e estratégias de legitimação do final do século XIX à década de 1970. In: **Associativismo e sindicalismo em educação**, Vol. 1, Brasília: Paralelo 15, 2011.